

BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA

MINISTRO (MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO)

RELATORIO DO ANNO DE 1858 APRESENTADO Á ASSEMBLÉA
GERAL LEGISLATIVA NA 3ª SESSÃO DA 10ª LEGISLATURA.
(PUBLICADO EM 1859)

RELATORIO

DA

REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

1859

RELATORIO

APRESENTADO

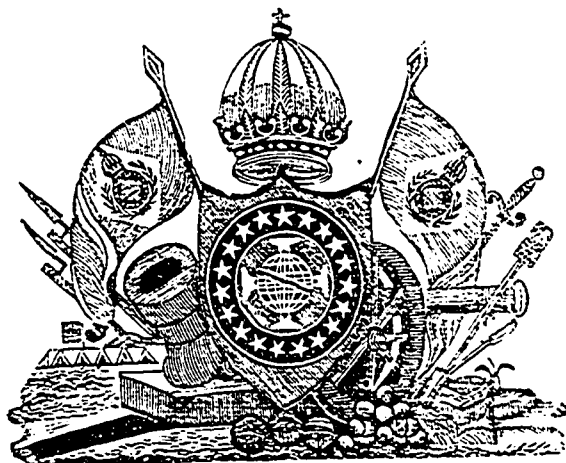
À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

NA TERCEIRA SESSÃO DA DECIMA LEGISLATURA

PELO

MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

Manoel Felizardo de Souza e Mello.



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE LAEMMERT

Rua dos Invalidos, 61 B.

1859

RELATORIO



AUGUSTOS E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO.



Em observancia á lei, venho apresentar-vos o Relatorio da repartição a
meu cargo.

Secretaria de Estado.

Rege-se ainda pelas disposições do decreto de 20 de Abril de 1844, e compõe-se do numero de empregados ahi fixado.

O excesso de trabalho cresce com os annos, com o desenvolvimento, que têm tido os diversos ramos da administração militar, e com o augmento de novos estabelecimentos. Só grandes e constantes esforços da parte dos emprega-

dos da secretaria de estado poderiam ter sido capazes de dar vencimento ao pesadissimo expediente diario.

No relatorio antecedente, meu antecessor expôz o estado desta repartição, e chamou sobre ella a vossa attenção; de novo a invóco.

Conselho Supremo Militar e de Justiça.

Os relatorios anteriores são accordes no juízo sobre este tribunal; e com effeito, regendo-se elle ainda hoje por legislação da primeira metade do seculo XVII e de annos que lhe seguirão, mas em que as instituições politicas erão tão diversas das que hoje temos a fortuna de gozar, impossivel era que todos os meus antecessores não reconhecessem a necessidade de providenciar sobre o conselho supremo militar.

E taes são as attribuições, que pelo regimento de 22 de Dezembro de 1643 se derão ao conselho de guerra, que nenhuma, ou muito poucas são hoje exercidas pelo conselho supremo militar, que pelo alvará do 1º de Abril de 1808 o substituiu no Brasil.

Assim, não concede o conselho supremo militar licenças aos officiaes e soldados por tempo limitado para se ausentarem do serviço, em que se acharem; nenhuma ingerencia tem nas fortalezas, e por isso impossivel lhe é cumprir o preceito do Cap. 12º do regulamento de 1643 que obriga a relatorios trimensaes sobre o estado das fortalezas e fortificações, e a consultas sobre provimento do que as mesmas fortalezas carecerem para bem corresponderem a seus fins; não tendo relações com os corpos, e com as pagadorias, nenhum meio se lhe concede para fazer com que a tropa seja regularmente paga, e os officiaes usem de seus uniformes e não os alterem a arbitrio; menos ainda póde influir sobre os exercicios dos corpos, gastos de munições, e fornecimento de armamento, como é prescripto no Cap. 13; os hospitaes de longos annos estão fóra da alçada do conselho supremo militar, e da mesma maneira se achão as fabricas e officinas de artigos bellicos; em tempo algum supponho que o conselho supremo militar usou da faculdade dada pelo Cap. 16 de despachar correios por mar e terra, de mandar commissarios, de nomear engenheiros, etc., etc.; tambem não me consta que uma vez sequer o mesmo conselho, na conformidade do Cap. 18, consultasse, ou

propuzesse alguém para os cargos de guerra, excepto quando o governo mandava ouvi-lo sobre uma ou outra promoção. Os commandantes de armas, commandantes de exercito, divisão, e de brigadas, etc., são hoje de livre nomeação do governo, sobre quem pesa a responsabilidade da manutenção da disciplina e da defesa do nosso territorio. As promoções são regidas pelos decretos de 6 de Setembro de 1850, e 31 de Março de 1851.

Por outro lado, substituindo o conselho do almirantado creado pelo decreto de 25 de Abril de 1793, foi ultimamente o conselho supremo militar privado de todas as attribuições, que por tal decreto exercia; pois que passarão, menos a de julgamento de crimes em 2ª instancia, para o conselho naval, creado por decreto de 23 de Agosto de 1856.

Acha-se pois actualmente o conselho supremo militar reduzido, na pratica, a mero tribunal de 2ª instancia, e a dar parecer, quando lhe é exigido, sobre um ou outro ponto duvidoso do direito militar.

Como tribunal criminal, segundo a provisão de 13 de Novembro de 1790, tem attribuições, que se encontram com as dos poderes legislativo e moderador; e como tribunal consultivo forma uma verdadeira duplicata com a secção de guerra e marinha do conselho de estado.

As formulas usadas pelo conselho supremo militar não se achão em harmonia com as regras da constituição, nem com os estylos da época.

A expedição de ordens em nome do Imperador. sem referenda dos ministros, as phrases de suas provisões, e as formalidades internas do tribunal, parecem indicar que nos conservamos ainda em 1640, data do decreto que creou o conselho de guerra em Portugal, do qual é continuador o conselho supremo militar do Brasil.

Deixando as apparencias, é o conselho supremo tribunal unicamente de 2ª instancia criminal militar, mas uma instancia viciosa, e que não satisfaz as necessidade do serviço.

Comprehendo que, qualquer que seja a reforma que a 2ª instancia tenha de soffrer para a mais prompta e exacta distribuição da justiça, e repressão do crime, de conveniencia é, senão de necessidade, que sejam retocados os artigos de guerra e mais legislação criminal, bem como que se dê nova fôrma ao processo militar, trabalhos

estes longos, arduos, e que difficilmente podem ser apprehendidos pelas camaras legislativas no curto prazo de suas sessões, sempre preenchidas com as discussões das leis annuas, e outras de urgente necessidade.

Autorisar pois o governo para fazer as despesas necessarias afim de no proximo seguinte anno poder apresentar os projectos dos codigos criminal e de processo militar, parece-me de grande conveniencia.

No ultimo projecto será tratada, como em lugar mais apropriado, a organização das duas instancias para conhecimento dos delictos militares.

Entretanto, se no corrente anno vos restar tempo, confio em que tomareis em séria consideração as reformas, que acabo de indicar, e que muito ganharão sendo filhas immediatas de vossas luzes e patriotismo.

O augmento de vencimentos que no ultimo anno decretastes a favor dos magistrados e empregados da secretaria do conselho supremo militar, foi levado a effeito, ficando assim completo o vosso acto.

Contadoria geral e Pagadoria das tropas.

Nada de notavel occorreu durante o anno findo nestas duas repartições. Seus chefes continuão a reclamar contra a exiguidade do pessoal. Os meus antecessores vos fizerão sentir a necessidade de regularisar o systema de serviço por fórma a obterem-se melhores resultados de repartições tão connexas. Entendo tambem que a reforma dellas deve ser acompanhada da dos arsenaes, para completa realisação do pensamento, que presidio á creação dos conselhos administrativos.

Repartição de Quartel-Mestre General.

A Repartição de Quartel-Mestre General continua a funcionar nos termos do seu Regulamento. Se a fiscalisação do material do Exercito não é completa, deve-se isso antes á extensão do nosso territorio e consequente difficuldade de communicações, do que á falta de zelo.

Antes da creação desta repartição grandes sommas se escoavão dos cofres

publicos pela impossibilidade de se moralisarem os pedidos dos corpos e repartições. Esses pedidos eram satisfeitos segundo a maior, ou menor instancia, com que eram apresentados; e em geral nenhuma autoridade tinha meios de verificar a legalidade dos fornecimentos, porque a mobilidade dos corpos tudo confundia, e não tínhamos uma repartição central, que pela sua escripturação conhecesse da regularidade de taes fornecimentos.

Escolas Militares.

O regulamento approved pelo decreto n. 2,116 do 1º de Março de 1858 reorganizou as Escolas central, Militar e de Applicação da côrte, e extinguiu o curso de Infantaria e Cavallaria da provincia de S. Pedro, e em seu lugar creou o curso de preparatorios com o nome de Escola Militar preparatoria da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Na provincia se teve conhecimento do regulamento, quando já se achavam matriculados os alumnos dos dous annos, em que se dividia aquelle curso; continuou este portanto, e só no corrente anno o regulamento de 1º de Março de 1858 teve principio de execução na provincia de S. Pedro.

Na minha opinião a instrucção militar e o serviço não ganhárão com a substituição do curso de Cavallaria e de Infantaria pela Escola preparatoria, e principalmente tendo sido organizada, como se acha. Em uma provincia, em que existe a maxima parte da nossa Cavallaria, e a maior força reunida de Infantaria, parece-me conveniente que houvesse um estabelecimento, onde se facilitassem os meios de se adquirirem os conhecimentos theoricos e praticos mais indispensaveis ás duas armas, e principalmente á de Cavallaria; ainda quando se reservassem para os discipulos, que frequentassem as Escolas central e de Applicação, as vantagens de alferes-alumnos, que o regulamento do 1º de Março de 1858 confere aos mais applicados.

Uma Escola de Cavallaria semelhante á de Saumur (em França), além de preparar officiaes, que regularisassem os regimentos, e nelles estabelecessem as

melhores e identicas praticas do serviço, seria de grande utilidade a uma provincia creadora.

A aula de veterinaria e hippologia, e o ensino da equitação, que em tal Escola necessariamente deverião existir, não podião deixar de ser vantajosos para a conservação dos cavallos e melhoramento da raça, e melhor proveito dos serviços, que tão util animal presta, quer na guerra. quer nos diversos usos da vida ordinaria.

Como curso de preparatorios, entendo que melhor resultado se obteria da avultada despeza, que tem elle de custar, se, em vez de se aquartelarem praças, que não contém mais de 25 annos, se creasse um internato, onde fossem recolhidos meninos de 8 a 12, ou 14 annos, filhos de officiaes, e ainda de praças de pret, que morressem em campanha, ou ahi se inutilisassem. Importante seria então o beneficio feito aos militares com a instrucção e educação gratuita de seus filhos, que assim habilitados passarião depois no serviço effectivo do Exercito todo o tempo de praça. Actualmente vão frequentar o curso de preparatorios poucos officiaes subalternos e muitas praças de pret, que passarão tres a seis annos na Escola, e mantidos á custa dos cofres publicos. Sendo os voluntarios obrigados a servir sómente por 6 annos, acontecerá naturalmente que não pequeno numero de alumnos da Escola preparatoria completaráõ na frequencia desta seu tempo de praça, e a época de terminar os estudos preparatorios coincidirá com a da baixa. Isto é, terá a Repartição da Guerra despendido annualmente mais de 30 contos sem o menor proveito para o melhoramento do seu pessoal.

Com o internato de meninos o mesmo não teria de acontecer; filhos de militares e educados sob o regimen militar, se reputarião pertencentes á grande familia, a quem está incumbida a defesa activa da honra nacional, e guarda de nossas instituições.

Adquirindo os preparatorios, e passando ás Escolas superiores, todo o tempo seria consagrado ao laborioso, mas honroso serviço das armas. Em lugar de ser, como na actualidade naturalmente tem de acontecer, o curso de preparatorios um dos meios de rarefazer dispendiosamente as fileiras dos corpos do Rio Grande, se tornaria um viveiro de bons officiaes. sem que com isto se augmentasse a despeza.

A Escola Militar preparatoria da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul achando-se, porém, estabelecida, e prestando favores ás praças de pret, não convém retirar-los, sem que nos corpos possam alcançar iguaes, o que nos trará excesso de despesa. Acertado parece-me por isso que, tomadas as medidas convenientes para attenuar e mesmo destruir os abusos, de que acima fallei, continue a existir a Escola preparatoria. Entre as providencias a adoptar, cumpre não esquecer a de se não contar tempo para a baixa todo o que fôr passado na frequencia da Escola, muito embora seja tomado como de serviço militar.

Segundo o mappa remettido pelo presidente da provincia do Rio Grande forão matriculados no curso de preparatorios 5 subalternos, 55 praças de pret, e 8 paisanos.

No ultimo anno lectivo da Escola de Infantaria e Cavallaria matricularão-se 30 no 1º anno escolar, e 28 no 2º. Dos primeiros forão approvados plenamente 9, simplesmente 11, e forão reprovados, ou por outros motivos perdêrão o anno 10.

Dos ultimos que vierão á côrte fazer exame do 2º anno, forão approvados plenamente 3, simplesmente 13, e reprovados ou por outros motivos perdêrão o anno 12.

A Escola central que, segundo o artigo 35 do Regulamento do 1º de Março de 1858, deveria ser aberta no 1º de Fevereiro, só pôde começar a funcção em Março.

Esta demora, a menos conveniente divisão de doutrinas em alguns dos annos lectivos, e a inconveniente distribuição de tempo não embaraçou que as aulas se fechassem no fim de Novembro, devendo d'ahi forçosamente ter resultado precipitação no ensino, e pouco aproveitamento dos alumnos.

Os exames se estendêrão até 19 de Janeiro ultimo, incompletos forão os exercicios praticos, como representou a Congregação; e a abertura da Escola no corrente anno só pôde ter lugar a 26 de Fevereiro; isto é, quasi um mez depois da época determinada. Actuando no corrente anno as mesmas causas, que no anterior derão os resultados que deixo apontados, a consequencia necessaria será a sua reproducção indefinida, e por conseguinte a quebra forçada das determinações do mesmo regulamento, e o prejuizo do ensino.

Uma melhor divisão de doutrinas pelos quatro annos da Escola Central, a distribuição mais razoavel do tempo do ensino, de modo que não se percam dias uteis sómente com repetições feitas pelos oppositores, as quaes podem ser dispensadas, se fôr adoptado mais conveniente systema de ensino, darão mais dous mezes, que com grande proveito podem ser applicados, parte a exercicios praticos, e parte ao descanso, para se recuperarem forças um pouco exaustas pelo trabalho do anno lectivo findo, e que tão necessarias são para com vigor começar o novo.

O Regulamento do 1º de Março de 1858 se fosse desde sua publicação completamente executado, retardaria de dous annos, pelo menos, o curso dos alumnos que acabavão de frequentar o 3º e 4º annos da extincta Escola Militar: força foi portanto para os alumnos desta combinar as aulas primarias com as secundarias de maneira diversa da que em tal regulamento foi estatuida; e por isso se expedio o aviso de 7 de Março do presente anno, annexo sob n. 1. Pela mesma razão, e tambem porque o Regulamento do 1º de Março do anno ultimo não podia ter effeito retroactivo, se determinou por avisos annexos sob os ns. 1 e 2, que para os alumnos, que se achavão matriculados nas extinctas Escolas Militares não se exigisse mais preparatorios do que os determinados pelos respectivos Estatutos. Tal deliberação se acha demais autorisada pelo que foi praticado por occasião das reformas dos Cursos Juridicos e Escola de Medicina.

O pessoal da Escola Central, passados mezes depois de sua publicação, foi augmentado. Assim para as sciencias phisicas e naturaes se creárão quatro coadjuvadores para as preparações, guarda e conservação dosapparelhos e mais objectos.

Reconheceu-se tambem que era necessario conceder um adjunto ao professor de latim, ficando assim augmentado o pessoal da Escola Central com mais cinco empregados do que os determinados no regulamento.

A obrigação imposta aos alumnos militares de começarem o estudo dos preparatorios na Escola Militar e de Applicação, frequentando as materias da 3ª aula preparatoria, e vindo depois adquirir na Escola Central as que constituem a 1ª e 2ª aulas, força os militares a gastarem um anno mais do que devia ser, se todas as aulas preparatorias se achassem em uma só das Escolas; porquanto ao mesmo tempo que estudassem os preparatorios mathematicos, poderiam frequentar o francez e latim, ou a historia, geographia e chronologia.

Se a reunião de todas as aulas preparatorias para os militares tivesse sido determinada, se pouparia ainda a duplicata da cadeira dos preparatorios mathe-maticos.

Demais, permittindo o art. 40 que 'os alumnos, que estudarem externamente as doutrinas mencionadas na 1ª e 2ª aulas preparatorias, possam ser admittidos a exame sem obrigação de frequental-as, parece evidente que se achão vedados os exames das materias da 3ª aula aos alumnos, que tiverem obtido o conhecimento dellas fóra do estabelecimento, nenhuma vantagem colhendo-se desta restricção, ao passo que em não poucos casos produzirá inutilmente a perda de mais um anno:

Sem maior dispendio dos dinheiros publicos, com mais proveito para a instrucção, e para o serviço militar, além de grande beneficio aos officiaes e mais praças do Exer-cito, acredito que se poderia reunir em um só internato, destacado das Escolas da cõrte, todas as aulas preparatorias, admittindo-se como internos meninos de 8 a 12, ou 14 annos, como expuz, quando tratei do curso de preparatorios da provincia de S. Pedro.

A medida, que deixo indicada, nenhum inconveniente trará. Os favores concedidos ás praças de pret, para se poderem applicar aos estudos preparatorios, não lhes são retirados, pois que, segundo os actuaes Estatutos, podem ser admittidos nas Escolas Central e de Applicação.

Do quadro annexo sob n. 3, se conhece, que no anno lectivo ultimo forão matriculados 597 alumnos, e obtiverão approvação plena 268, simples 124, e forão reprovados ou perdêrão o anno por outros motivos 205. Lisongeiro seria ainda assim tal resultado, se elle demonstrasse inquestionavelmente que os approvados houvessem adquirido sufficiente conhecimento das materias determinadas no Regulamento de 1º de Março; mas receio que, ao menos em algum dos annos do curso, a impossibilidade de se vencer as doutrinas exigidas collocasse os lentes examinadores na dura alternativa, ou de nodoarem a carreira academica dos alumnos, reprovando a quem com talento mediano havia empregado todos os esforços para vencer doutrinas, que não podião ser comprehendidas em tão curto prazo, ou de os approvarem, sem que satisfizessem as exigencias do Regulamento; e que preferissem a segunda hypothese como menos odiosa.

O curso supplementar de Engenharia civil é frequentado por 15 alumnos, por se haver permitido, como acima disse, que nelle se matriculassem, ainda que não estivessem habilitados nas aulas secundarias do curso anterior. Sem a providencia tomada, nem em o anno civil proximo passado, nem no actual haveria alumnos para este curso.

O quadro n. 3 mostra o movimento dos alumnos que frequentarão o curso supplementar de engenharia civil.

A Escola Militar e de Applicaçào no anno findo abriu as aulas primarias em meiado de Março, e successivamente depois as secundarias.

Apezar da falta de compendios, e da exiguidade do tempo, os lentes e professores se esforçarão no ensino, e conseguirão no fim de Novembro, época fixada pelo Regulamento, fechar as aulas, e dar principio aos exames, que serão terminados em 2 de Dezembro, com a excepção unica dos de physica, que se verificarão no fim de Janeiro.

O quadro annexo sob n. 4, mostra qual o numero de matriculados em 1858, e quantos serão approvados nos dous annos desta escola. Dos 65 matriculados na 3ª aula preparatoria, apenas serão approvados plenamente 6, e simplesmente 14. No 1º anno da escola matriculando-se 53, obtiverão approvaçào plena 11, e outros tantos a simpliciter: finalmente tendo-se matriculado 13 no 2º anno, 5 tiverão approvaçào plena, e igual numero a simpliciter. Por este resumo se vê, que dos 131 alumnos matriculados na Escola Militar e de Applicaçào apenas 52, ou 39 %, serão julgados ter aproveitado mais ou menos, e com os 79 restantes inutilmente serão feitas não pequenas despezas.

A má distribuiçào do tempo, o defeituoso systema de ensino, e a insufficiencia do edificio, não deixão sufficiente espaço para os exercicios praticos, resultando dahi que mal corresponde esta Escola ao nome, que tem. Pouca é a applicaçào que se faz dos conhecimentos theoricos colhidos, quer nella, quer na Escola central: alguns defeitos espero porém que serão corrigidos com o tempo.

No corrente anno lectivo matricularão-se 105 alumnos, sendo 78 na 3ª aula preparatoria, 25 no 1º anno, e no 2º 3, dos quaes um é repetente. Pouco agradaveis seguramente são taes resultados. A grande despesa de 257:810\$100, feita annualmente com a instrucçào militar, apenas poderá produzir no fim do corrente

anno lectivo tres officiaes para os corpos de artilharia e do estado-maior de 1.^a classe, corpos em que existem actualmente 87 vagas.

A experiencia de 49 annos nos tem demonstrado que as Escolas Militares não nos podem dar officiaes theoricos em numero sufficiente para ter completos os corpos e armas scientificos; e apezar do aperfeiçoamento a que podem ser levadas as escolas actuaes, estou convencido de que continuaremos a soffrer o mesmo mal, que tão prejudicial é á instrucção dos corpos de artilharia. Esse grande mal naturalmente será removido se, continuando a manter-se o curso completo de artilharia para os officiaes, que possão e queirão saber toda a theoria, de que essa arma tem necessidade, quer no campo da batalha, quer para a construcção e melhoramentos de todo o seu importantissimo material, limitar-se para os outros á theoria e pratica sufficiente á primeira parte.

O governo presta toda a attenção a este ramo importantissimo do serviço publico, e reconhecendo a urgente necessidade de o melhorar, peço-vos que concedais a necessaria authorisação para corrigir os defeitos, que nas diversas escolas se tem reconhecido, e se fõrem demonstrando, comtanto que nem se augmente a despeza, que actualmente se faz, nem cresça mais o largo tempo, que os alumnos consomem na frequencia dos estudos.

Além das escolas, de que tenho tratado, existem nos batalhões e regimentos outras muito mais modestas, onde se ensinão as primeiras letras ás praças de pret, e o meu antecessor deu principio a uma escola de tiro, instrucção de primeira necessidade para os artilheiros principalmente, e que não se torna hoje menos necessaria á infantaria e cavallaria depois do aperfeiçoamento das armas de fogo portateis. Tenho preparado o regulamento, que faltava a esta ultima escola, e espero que della se tire grande vantagem, mediante pequeno dispendio dos cofres publicos.

Não temos a lamentar facto algum grave e extraordinario, e contrario á disciplina, praticado em nossas escolas. Se a parte disciplinar ainda não tem chegado ao pé que desejamos, vamos com a experiencia melhorando-a successivamente.

Fabrica da Polvora.

No Relatorio ultimo vos foi communicado que, em consequencia de continuos e aturados esforços empregados pelo governo nestes ultimos annos, todas as officinas da Fabrica forão completamente reconstruidas sob um plano baseado nos systemas modernamente adoptados para o fabrico da polvora; e que bem fundadas esperanças existião de que, promptas algumas novas officinas que ainda estavam, ou em conclusão, ou em experiencias, se poderia contar com 10,000 arrobas de polvora annuaes. Infelizmente porém não se realisárão ainda as esperanças que se havião concebido, e desde Maio do anno findo tem continuado a fabrica a produzir mensalmente 150 arrobas, termo medio, ou em um anno 1,800, o que avaliado pelo preço corrente do mercado se elevará a 28:800\$000 réis.

Não pequena é a somma empregada, como capital fixo, nesta empresa industrial, de que o governo não pôde deixar de ter a direcção, por depender della, em não pequena parte, a defesa da honra nacional, e sustentação da nossa Independencia.

A'quelle capital se deve ainda accrescentar o importe de 60 escravos da nação, e o juro e amortização destas duas sommas não podem deixar de montar a elevado algarismo.

Como capital circulante, além dos 144:000\$000 de subvenção dada pelo thesouro, deve accrescer o valor dos salarios de 157 africanos livres que no estabelecimento se achão empregados: não devendo portanto o sacrificio, que com elle se faz actualmente, ser avaliado em menos de 300:000\$000 annualmente; e com esta somma apenas se obtem o producto bruto orçado em 28:800\$000.

Entendendo que vicios graves deverião existir no systema geral seguido na Fabrica da Polvora de Inhomerim, nomeei uma commissão composta do conselheiro de estado o marechal de exercito João Paulo dos Santos Barreto, e do lente de phisica da escola central Dr. José Joaquim de Oliveira, com o fim de estudar o estado actual da fabrica e de propôr os melhoramentos, que necessarios forem para que se approximem entre si a receita e a despeza, quando não se consiga tornar deste esta-

belecimento uma fonte de renda, como entendo que poderá ser para um futuro não muito remoto.

Os minuciosos exames feitos pela commissão derão em resultado que as officinas existentes são bem construidas, e segundo os melhores systemas, e que, observadas as regras por ella indicadas, se poderá conseguir, sem novas construcções, 4,000 arrobas de excellente producto, cujo valor orça em 64:000\$000 pouco mais ou menos; isto é mais do dobro do que actualmente se obtem.

Se por um lado entende a commissão que sem accrescimo de dispendio se poderá augmentar a receita; por outro lado acredita que a despeza annual poderá ser consideravelmente reduzida.

Em lugar de 290 individuos de todas as qualidades, livres, africanos e escravos, que ora ali são alimentados, o fabrico das 4,000 arrobas de polvora se poderá conseguir com 29 trabalhadores, e ser muito limitado o numero de outros para a conservação do campo, plantio das arvores mais proprias para o carvão, córte e transporte de lenha, etc. Esta redução de trabalhadores e de braços improductivos simplificando consideravelmente a administração do estabelecimento, correspondente diminuição necessaria se terá de fazer no avultado numero de feitores, e de empregados de fiscalisação.

Os escravos e africanos livres despedidos do estabelecimento, onde em vez de receita determinão despesas, com proveito podem ser empregados em serviços productivos, o que virá a augmentar assim as vantagens que a commissão espera que se colhão, se executado fôr o parecer, que apresentou.

Julgando eu que são praticaveis as idéas da commissão, e que darão o resultado que ella antevê, entendi comtudo que mais prudente era fazer um ensaio antes de transformar completamente o systema até hoje seguido no fabrico da polvora.

Determinei por tanto ao Dr. José Joaquim de Oliveira que tomasse a direcção technica das officinas, recebendo do coronel director tudo quanto lhe fosse necessario, e pela experiencia procurasse demonstrar que são realisaveis as sugestões da commissão.

Espero pelo resultado dos trabalhos acima indicados, e á vista delles se tomarão as providencias, que mais acertadas parecerem. Contentar-me-hei na primeira tentativa com a approximação entre as quotas representadas pela despeza e subvenção

dada pelo thesouro, e successivamente se procurará colher de tão importante estabelecimento, altamente favorecido contra a concorrência estrangeira pelo elevado imposto de 30 %, os beneficios, a que tem direito de aspirar uma empresa collocada em condições tão favoráveis.

Fabrica de ferro de S. João de Ypanema.

A's informações dadas por um de meus antecessores no Relatorio ultimo nada tenho a acrescentar sobre o estado deste estabelecimento.

Então se disse que com abundante e riquissimo mineral não podíamos tirar da fabrica de ferro de S. João de Ypanema vantagens correspondentes ao capital já ali empregado, e ao que ainda seria preciso fixar-se para colloca-la em estado de dar abundancia de bons productos, e ao mesmo tempo facilitar-lhes meios necessarios ao seu transporte para os lugares de consumo.

Se por um lado temos a mais rica mina de ferro, e na sua vizinhança o necessario fundente, por outro faltão-nos o combustivel, os fornos, os machinismos aperfeiçoados, as vias de communicacão, e um pessoal intelligente para dirigir o fabrico da gusa, ferro maleavel, etc. etc. Quando fosse fornecido mediante o avultado algarismo orçado no Relatorio ultimo, o que nos falta para estabelecer convenientemente a fabrica de ferro, e construir uma boa estrada até porto de embarque sobre o rio Juquiá, restará ainda a questão financeira—se o preço necessario do ferro fabricado em Ypanema será ou não superior ao corrente do ferro estrangeiro no mercado de nossas principaes cidades.—Se a primeira hypothese fôr a que se tiver de realisar, gravissimo erro será reconstruir a fabrica, fazer estradas, melhorar o curso dos rios, edificar armazens onde se recebam os productos da fabrica, etc., etc.

Neste estado de incerteza a prudencia aconselha que se estude melhor a questão.

O arrendamento da fabrica, a quem se não propuzer fazê-la trabalhar, e se não comprometta a, pelo menos, conserva-la no estado, em que actualmente se acha, offerecendo solidas garantias para cumprimento destas condições, parece-me corresponder ao pensamento do completo aniquilamento da fabrica de Ypanema, e á

impossibilidade de sua futura restauração. Se não apparecer pois quem se sujeite a arrenda-la na fórma acima dita, minha opinião é, que se suspendão ali todos os trabalhos metallurgicos, e que se mantenha tão sómente o pessoal necessario á conservação dos edificios, plantio de arvoredo proprio para carvão, e sua conservação.

Entretanto parece-me que, se em terras devolutas cobertas de boas mattas, e proximas a portos de embarque sobre o mar, ou sobre rios navegaveis se descobrir mineral de ferro de boa qualidade, e em abundancia, nessa localidade se comece uma modesta fabrica de ferro, ou seja construida e costeadá pelo governo, ou por alguma empresa que pelos seus capitaes, e bom conceito de seus directores e empresarios faça conceber esperanças de progredir. A segunda hypothese é, na minha opinião, a mais vantajosa, ainda quando o thesouro tenha de auxiliar a empresa.

Se as provincias maritimas podem fornecer-se de ferro por preço razoavel, independentemente de fabricas nacionaes, o mesmo não acontece ás centraes.

Alguns fornos catalães mantinhão-se, e talvez que ainda hoje existão na provincia de Minas Geraes, dando a seus empresarios beneficios, que os convidavão a não trocarem esta por qualquer outra industria.

O alto preço dos transportes oppõe forte barreira á concorrência de generos estrangeiros da mesma qualidade; e o interesse individual se encarregará de melhorar a manipulação, obtendo assim melhores e mais abundantes productos com menor dispendio.

Em outras provincias porém não deve o governo deixar ao interesse particular a criação de fabricas de ferro, e cumpre-lhe tomar a iniciativa. Entre ellas citarei a de Matto-Grosso, como aquella em que não só razões economicas, como politicas, aconselhão o estabelecimento, ao principio em ponto pequeno, de uma fabrica, que com tempo e conforme o consumo se vá estendendo.

Como dependencia necessaria dos arsenaes de marinha e guerra, um tal estabelecimento se torna da mais palpitante conveniencia, senão necessidade, bem como uma pequena fabrica de polvora, afim de termos em bom estado esse primeiro elemento de guerra, como para poupar-mos o transporte de 7/8 do pezo da polvora, representado pelo salitre e carvão, que nella entrão.

Arsenaes e armazens de artigos bellicos

Depois do ultimo Relatorio, que foi trazido á vossa consideração, nenhum facto notavel se deu neste ramo de serviço, com excepção porém de se começar a experimentar o meio de provimento de artigos bellicos por compra feita na Europa por agentes do governo, ou por contractos celebrados aqui com commerciantes, que se encarregarão de fazer vir por sua conta os generos, de que havia necessidade.

No curto tempo de minha administração nenhuma deliberação sobre noyos fornecimentos tenho tomado, limitando-me por enquanto a estudar o resultado, que darão esses ensaios para deliberar depois com mais conhecimento sobre a adopção do que mais vantagens offerecer.

Propenso aos contratos com acreditadas casas importadoras, e, ainda mais, com empresarios ou directores das respectivas fabricas na Europa, menos na aquisição de armamento, que penso será em regra sempre melhor, quando comprado por profissionais commissionados pelo governo, acredito que muito se lucrará, quando assim se fizerem as compras em mais larga escala, ganhando-se nos preços, na qualidade, e libertando-nos da acção dos chamados fornecedores, que se aproveitam das épocas criticas, em que, achando-se vãos os depositos, de forçosa necessidade se torna a aquisição prompta de artigos bellicos. O systema até agora quasi que exclusivamente seguido, de se comprar por assim dizer a retalho, e ao par e passo que as necessidades vão apparecendo, além do grave inconveniente de nunca nos acharmos preparados para qualquer emergencia, traz consigo a imposição de duras condições, quando o governo, por causas imprevistas, pretende dar maior desenvolvimento ao material de guerra. Então a urgencia dos preparativos não admitte escrupuloso exame dos generos, pois que não se apresenta muito para a escolha, e os preços não correspondem ao valor da fazenda.

Fazendo pôr em plena execução o regulamento, que baixou com o decreto de 14 de Dezembro de 1852, tenho expedido ordens para que tesse esse systema de compras em pequenas porções, e sob a pressão da necessidade : felizmente, segundo me informa o presidente do conselho administrativo, bons resultados se colhêrão já destas ordens no ultimo contracto para fornecimento de madeiras, cal, tijolos, etc.

O regulamento dos conselhos administrativos não é seguramente perfeito, mas persuado-me de que as principaes faltas, que se tem notado na aquisição dos generos para fornecimento do exercito, provêm, em maxima parte, de defeito de execução do mesmo regulamento. O reparo mais notavel, que se tem dado, consiste na morosidade das formalidades prescriptas. Uma simples reflexão fará desaparecer a idéa desse supposto defeito.

Se os nossos armazens estiverem regularmente providos, se existir sempre uma reserva razoavel em relação ao nosso exercito, se houver cuidado em ir com tempo substituindo os generos, que se fôrem consumindo, nenhuma necessidade haverá de se precipitarem os actos dos conselhos administrativos. Se porém continuar a pratica até agora seguida de se comprar á medida das carencias, seguramente que é preciso dar mais acção a esses conselhos, facultando-lhes mais arbitrio, ainda que com diminuição das garantias estabelecidas no interesse dos cofres publicos.

Certamente que, nesta ultima hypothese, as formalidades prescriptas devem desaparecer, para que não soffra o serviço dos arsenaes, e se não reproduza o facto, já verificado, de pararem as officinas por falta de materia prima, continuando porém as despesas com os salarios. Mas se os orçamentos das necessidades dos arsenaes fôrem bem organisados, se ahi se attender cuidadosamente ás especialidades, a que se tem de dar provisão, é fóra de duvida que não se reproduzirão factos como esse a que alludí.

Queixas têm apparecido contra a má qualidade de alguns generos comprados pelos conselhos administrativos; e o governo tem mandado proceder aos necessarios exames para se verificarem os factos, e punir os autores, quando culpados. Quaesquer que tenham sido os resultados das averiguações, é minha opinião que o regulamento de 14 de Dezembro de 1852 não póde ser com razão censurado, pois que as suas prescripções não têm sido completamente executadas: nem póde-lhe ser imputada a falta de zelo e de capacidade de um ou outro de seus executores. Talvez que, em um ou outro caso, a má qualidade de generos adquiridos pelos conselhos seja devida ao baixo preço, por que se quiz obtê-los. Essa mal entendida economia produz sempre, ou dupla despesa ao Estado, quando tem de fornecer aos soldados antes das épocas fixadas para o respectivo fornecimento, fardamento, calçado, etc., ou as praças apre-

sentão o mais triste aspecto, ou emfim, são forçadas com os seus minguados recursos a comprar aquillo que o Estado se comprometteu dar-lhes.

Em geral os edificios occupados pelos arsenaes e depositos de artigos bellicos não offerecem as proporções exigidas para estabelecimentos de semelhante natureza. O da côrte, seguramente o mais importante do Imperio, existe em lugar demasiadamente estreito, e sua transferencia para outra localidade, em que se lhe possa dar maior desenvolvimento, e pô-lo a salvo de um golpe de mão, é de palpitante necessidade. Este pensamento não é novo, e se não tem sido levado a effeito, procede isso da falta de meios para acudir ao mesmo tempo a outros importantes e variados misteres.

Obras militares.

Parece-me desnecessario fazer-vos notar que com a verba ordinaria de 420:000\$000 réis pouco incremento se pôde dar ás muitas e variadas obras militares, a que se tem de attender em todo o nosso extenso territorio. Assim é que, com rarissimas excepções, essas obras se reduzem mais a reparos de antigos edificios, do que á construcção de novos, sejam estes destinados ao resguardo dos soldados e artigos bellicos, sejam para defesa de nossas fronteiras.

Não vos farei uma minuciosa descripção de todas as obras em andamento, ou em projecto nas diversas provincias do Imperio; tratarei unicamente das de mór importancia.

Na capital do Imperio, além dos reparos das fortalezas e fortificações do littoral, construiu-se um picadeiro que está quasi concluido.

Era uma obra imposta pela necessidade de dar regular instrucção aos nossos officiaes de Cavallaria, aos alumnos da Escola de Applicação, e mesmo de adestrar os cavallos do 1º Regimento de cavallaria. Se esse edificio é inutil, teria sido inutil prescrever semelhante instrucção.

Talvez a despeza, que se tem feito com esta obra, pudesse ser mais resumida, ou adoptando-se um plano mais economico, ou verificando-se mais severa fiscalisação no andamento dos trabalhos. O governo desejando conhecer, com exactidão, da regu-

laridade e administração deste e outros trabalhos, nomeou uma commissão de engenheiros para proceder aos convenientes exames.

A parte do edificio do quartel do Campo occupada pelo Tribunal e Secretaria do Conselho Supremo achava-se muito arruinada, e força foi reconstrui-la completamente. Talvez ainda nesta construcção houvesse larga despesa, mas só o exame, a que se procede, dará a conhecer, se a obra feita está em relação com as sommas consumidas.

Ainda mais uma obra importante foiprehendida, se bem que por sua natureza me pareça não dever correr por conta do Ministério da Guerra. Refiro-me ao deposito de polvora, que se estava construindo na ilha do Bom Jesus, e eu mandei sobrestar por entender que, sendo esse deposito destinado á armazenagem de polvora estrangeira, importada no nosso mercado, á repartição da Fazenda cumpria prover os meios de sua conservação.

Comprou-se na referida ilha uma propriedade, pela quantia de 14:000\$000, e logo depois se tratou da construcção do paiól que, apesar de um anno de trabalhos, apenas está nos alicerces. Tomando conta da direcção da Repartição da Guerra procurei examinar o estado desta obra, e reconheci a necessidade de a fazer parar, visto que promettia ser muito onerosa aos cofres deste ministerio, pois apesar do dispendio de avultada quantia ainda o edificio estava em começo.

Entender-me-hei com o ministerio da Fazenda para transferir-lhe a posse do estabelecimento mediante a indemnisação das despesas feitas no corrente anno.

Não pretendo preterir a construcção de um quartel para a Cavallaria nesta capital. O existente é improprio para accommodação de avultado numero de cavallo. Naquelle intento mandei proceder aos trabalhos preliminares exigidos por uma construcção de tal ordem, procurando utilizar o terreno e edificios, que possuimos na estrada de Andarahy.

A defesa da capital do Imperio, onde tantos interesses da mais elevada ordem se achão accumulados, não póde deixar de merecer do Poder Legislativo toda sua solicitude.

Em épocas anteriores, e quando muito menor importancia politica e commercial tinha a cidade do Rio de Janeiro, a providencia do governo a protegeu com diversas linhas de fortalezas, que cruzando seus fogos offerecião serios embaraços ás

esquadras estrangeiras, que pretendessem aggre-dir-nos. De tudo quanto nossos antepassados nos legárão, apenas nos resta Santa Cruz, a Lage e resto de S. João, e desgraçadamente em peor estado do que aquelle, em que os recebemos. Se na época da construcção daquellas fortificações podião ellas com vantagem resistir ao insulto e repelli-lo, hoje que os meios destruidores tem feito os progressos, que conheceis, força é confessar a publico o que por ninguem é ignorado, as nossas fortalezas não estão em circumstancias de impedir a entrada de uma esquadra inimiga regular, ainda que pequena.

Grossas são as despesas, que exigem as obras e o armamento necessario á defesa da capital do Imperio, e na falta dos necessarios estudos, sobre que assente a planta dellas, e seu orçamento, não tenho nas observações, que acabo de fazer, outro fim mais do que prevenir-vos sobre a necessidade indeclinavel de despende quantias de não pequeno valor.

Para o seguinte anno naturalmente vos apresentarei os precisos esclarecimentos, e á vista delles resolvereis o que mais acertado julgardes.

Nas provincias do Amazonas e Pará merecem especial cuidado ao governo as obras dos quarteis e fortificações. Infelizmente qualquer que seja o zelo dos delegados do governo, não podem essas obras progredir com rapidez pela falta de trabalhadores, e ás vezes de pessoas profissionaes, que as dirijão. Assim com lentidão tem ido as obras de Obidos e de Macapá, e da mesma sorte, ou ainda mais lentamente, as das fronteiras do Amazonas, sendo que algumas não passam por ora de projectos, que se pretendem levar a effeito taes, quaes forão concebidos, ou convenientemente modificados. Por esta razão não se dispendeo a totalidade do credito especial de cincoenta contos, que votastes para as obras militares da ultima provincia.

Em relação a Matto-Grosso tem o governo providenciado, e continua a providenciar, em ordem a conservar a provincia em sufficiente estado de defesa, e a dis-pôr de accomodações para a tropa.

Para a construcção de quarteis e enfermarias na provincia-de S. Pedro tambem decretou o corpo legislativo um credito especial de Rs. 150:000\$000.

Depois de muitos exames, em que se derão opiniões desaccordes, não pôde o governo deliberar definitivamente sobre a acquisição dos terrenos, em que taes quar-

teis se devão levantar. Mister foi commetter ao general Pedro de Alcantara Bellegarde, presidente da commissão encarregada da demarcação dos nossos limites com o Estado Oriental, um novo exame de toda a questão, e espera o governo o resultado desse trabalho para tomar as providencias precisas, afim de realizar o pensamento do corpo legislativo. Parecerá talvez que tem havido demasiada demora em dar-se começo a obras reconhecidas de tanta necessidade para abrigo dos nossos soldados; mas essa idéa se desvanecerá, se se attender a que o governo não devia ser precipitado tomando arbitrios, cuja conveniencia já era contestada, e resolvendo a compra de terrenos, que poderiam vir a ser abandonados, quando se verificasse que pela sua posição sobre a fronteira e outras razões especiaes não erão os mais proprios para a edificação de quartéis. E, pois, creio que da demora havida, longe de vir damno, se colherão vantagens incontestaveis pela melhor eleição das localidades, em que se hão de levantar essas obras.

Nas provincias de Sergipe e Piauhý trabalha-se nas obras dos novos quartéis, e nas outras vão-se praticando aquelles reparos, que são mais urgentes.

Cumpre-me informar-vos de que é avultada a somma que exigiria a reparação e construcção simultanea de todos os edificios existentes e projectados. E comquanto o governo reconheça que na sua generalidade estão as provincias mal dotadas de quartéis sufficientes para as guarnições, e de edificios apropriados para os hospitaes e enfermarias, vê-se obrigado a limitar-se ao extremamente indispensavel para não exceder o credito.

As reclamações dos presidentes são incessantes, já para reparo do existente, já para construcção de novas obras; mas pela razão expendida, ao governo nem sempre é dado attender a taes reclamações, limitando-se apenas a providenciar sobre as urgentes.

Peço-vos a necessaria autorisação para poder ser levada a effeito a deliberação anteriormente tomada de alienar a fortaleza das Cinco Pontas, na cidade do Recife; e com o seu producto construir-se um quartel.

Repartição do Ajudante-General.

A Repartição do Ajudante-General, creada pelo decreto n. 1,881 de 31 de Janeiro de 1857, continua a esforçar-se por corresponder ao pensamento que lhe deu existencia. Tendo á sua frente um dos nossos mais distinctos e zelosos generaes, nota-se que o trabalho é feito com regularidade, asseio, e muita clareza; e aos serviços desta repartição, e dos que forão deixados, mas não convenientemente escripturados pela primeira Commissão de Promoções creada por decreto de 31 de Março de 1851, se deve o conhecimento talvez completo que hoje se tenha de todas as circumstancias, que influencia exercção na vida militar de todos os officiaes, cadetes e inferiores, e que possam ser officialmente verificadas.

Procura-se obter, quanto ás praças de pret, as informações mais geraes.

Com tão pouco tempo de existencia a repartição do Ajudante General não podia dar todos os resultados, que se devem esperar, e creio que com mais regularidade funcção, poupando-se immenso expediente entre a secretaria de estado e ella, se em vez de concentrar-se na repartição do Ajudante-General a disciplina, instrucção e parte da administração, fosse o centro da alta administração o ministerio da guerra, do qual a repartição do Ajudante-General seria uma dependencia.

Se esta alteração fôr autorisada, naturalmente a secretaria de estado dos negocios da guerra poderá fazer o serviço com menor pessoal, e a repartição do Ajudante-General dispensar alguns escreventes.

Exercito.

Na proposta de fixação de forças que, obedecendo a um preceito legal, tive a honra de apresentar á Assembléa Geral, pedio o governo a mesma força, que tem sido decretada nos annos anteriores.

Qualquer que seja minhã opinião sobre o numero de praças, de que deveria constar o nosso exercito, nada de novo havendo occorrido, que possa fazer a Assembléa Geral

tomar nova e diversa deliberação, julguei que me cumpria respeitar o que em annos anteriores e successivos tem sido decretado.

Entretanto, corre-me o dever de repetir o que a este respeito se lê no ultimo Relatorio, isto é, que um exercito de 16,000 praças de pret, sobre quem pesa a maxima parte das diligencias policiaes por toda a vasta extensão do Imperio, não pôde satisfazer o principal fim, para que foi creado, e não justifica, para sua manutenção, as avultadas despesas de um quarto das rendas nacionaes.

Subdivididos os batalhões em pequenissimas fracções, e segundo as circumstancias o determinão, reunidas, não raras vezes, algumas, mas de corpos differentes, e commandadas por officiaes, que lhes são estranhos, deixa de haver a necessaria instrucção; deteriora-se o armamento, ficando em pouco tempo inutil; desaparece a disciplina; não pôde haver a conveniente fiscalisação; e quando se der a rigorosa necessidade de sustentarmos a independencia, e a integridade do Imperio, ou de vingarmos uma affronta. quando por desgraça a força tiver de intervir na manutenção da Lei, em vez de um exercito, nos acharemos com grupos de homens que não saberão tirar todo o partido das armas, que lhe forão confiadas. Terrivel será então a decepção, e caro teremos de pagar a falta das necessarias medidas sobre o armamento, instrucção, disciplina e administração da parte da força publica, na qual, em ultimo recurso, descansa a honra da Nação, e a sustentação de nossas instituições.

O governo não tem cessado de chamar a attenção dos Legisladores para objecto de tanta magnitude; e injustiça seria desconhecer a solitudine, que constantemente ha mostrado a Assembléa Geral em procurar melhorar o nosso exercito, e torna-lo apto a desempenhar com gloria as honrosas funcções, que lhe pertencem. Em circumstancias ordinarias tentou-se elevar a força a 20,000 praças, com o fim principal de fazer com parte dellas a policia, enquanto a outra se instruia e se disciplinava; infelizmente nunca se conseguiu completar aquelle algarismo, e regressou-se á antiga fixação, por ser a nova julgada inutil pelo menos.

Falhando a primeira tentativa, quaesquer que sejam as causas, não foi julgado conveniente repeti-la, quer por acreditar-se que difficilmente se poderá obter o numero de recrutas necessarios para manter constantemente uma força de 20,000 praças, quer por pensar-se que só depois de alguns annos é que conseguiremos ter

os recrutas necesarios para prefazer aquelle numero de soldados; penso porém, que um outro expediente poderia desde já ser tomado, e que com muito mais promptidão, e menos sacrificios da população sujeita ao serviço das armas, nos daria melhor policia para a captura dos criminosos, e um exercito em cuja instrucção e disciplina podessemos tranquillamente descansar, ainda quando se houvesse de medir com tropas regulares e adestradas.

Patriotismo e denodado valor não falta aos nossos bravos; isto porém, sendo elementos de victoria, não são os unicos, e cumpre aos poderes politicos ministrar ao exercito os que lhe faltão, e não podem ser adquiridos sem a intervenção dos mesmos poderes.

Organise-se a policia de modo que em circumstancias ordinarias dispense a força de 1ª linha, e acredito que o effectivo desta se poderá reduzir a muito menor numero de praças de pret, que serão distribuidas pelas provincias fronteiras, e pelas tres mais importantes do Imperio, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Concentrado assim o exercito em sete provincias, e empregando a melhor parte de seu tempo em se exercitar e disciplinar-se, ficaria disponivel boa parte das praças, que ora se achão fixadas, e ás quaes se poderia dar a organização mais propria para o contingente de policia, que até hoje tem o Ministerio da Guerra fornecido ás provincias; e quando estas praças não sejam sufficientes, poderão ser augmentadas sem que a população soffra pelo recrutamento vexames iguaes aos que he causa a conservação de uma força de 17,000 homens; isto é, 16,000 de linha e 1,120 de pedestres.

A concentração e diminuição numerica do exercito, além da economia e das vantagens apontadas, nos traria diminuição de despesas com a sua administração, . O pensamento que resumidamente acabo de enunciar, torno a repetir, não poderá ter principio de execução sem que a força policial se vá organisando de modo a dispensar o auxilio usual e permanente da tropa de 1ª linha; cumpre, pois, que a reforma comece pela força policial.

Ou o augmento de força, como foi decretado pela Lei n. 586 de 6 de Setembro de 1850, ou a sua reforma condicional, como ora vos proponho, ou outra qualquer medida suggerida pelas vossas luzes e patriotismo, parece-me urgente.

A actualidade, em relação ao serviço obrigado e estranho aos fins do exercito

dizia o meu antecessor no Relatorio de 1858 — não é nem conveniente nem legal — e eu accrescentarei — não satisfaz em circumstancias ordinarias ás necessidades do serviço, e nos póde ser fatal em um dia de combate.

Se para circumstancias ordinarias parece-me sufficiente a força acima indicada de praças de pret bem disciplinadas e exercitadas, em casos raros e extraordinarios poderá ella ser insufficiente; e cumpre-nos, obedecendo ao preceito constitucional, e ás regras da prudencia, preparar medidas correspondentes a essas tristes eventualidades. Não basta decretar a força de 24,000 ou de 26,000 homens para circumstancias extraordinarias, é preciso que esta determinação seja acompanhada de meios praticos e de facil realisação; do contrario illudiríamos a obrigação constitucional e os nossos concidadãos.

As 24,000 praças de pret pedidas na proposta para circumstancias extraordinarias, não passarão de uma simples disposição legislativa, se não fôr modificada a lei do recrutamento, e se não houver uma reserva, que, no momento critico, em que se derem essas circumstancias, venha engrossar as fileiras do exercito. Esta reserva póde ser formada, parte de soldados que tenham servido $\frac{2}{3}$ do tempo determinado, e sejam licenciados no ultimo $\frac{1}{3}$ com obrigação de acudir a seus corpos, logo que fõrem chamados; e parte com a guarda nacional, que fôr previamente qualificada, e que tiver condições que sujeitão o cidadão brasileiro ao serviço das armas, ou o proprio guarda nacional, ao de corpos destacados.

Se os quadros dos batalhões e regimentos de linha, apesar da elasticidade que devem ter para admittir os que em circumstancias extraordinarias vierem engrossar as suas fileiras, não puderem receber a reserva necessaria ás operações de guerra em uma ou outra provincia, formem estas reservas corpos provisorios de linha, que se dissolverão, logo que cesse a necessidade, que lhes der existencia.

A parte da guarda nacional, que tiver de auxiliar o exercito em suas operações activas de guerra, deverá formar corpos e fracções de corpos distinctos dos outros batalhões e companhias da guarda nacional activa e de [reserva; muito embora esteja, enquanto não se liga á tropa de linha, sujeita ao Regulamento, que reja ou houver de reger a guarda nacional.

Permitti-me, senhores, notar aqui que, quaesquer que sejam os remedios, que em vossa sabedoria julgardes os mais salutaes para occorrer aos males, que tenho

esboçado, serão inertes e inefficazes se, a par da mais escrupulosa exactidão em sua applicação, não fôrem de longa duração. As melhores instituições substituídas umas pelas outras em curtos intervallos, quando outros males não produzão, trazem a descrença na força da Lei, e o serviço é feito sem fé e tibiamente. Os hábitos, a experiencia que tanto auxilio prestão na mais conveniente execução das Leis, nunca se adquirem; vive-se em constante tirocinio, e até desaprende-se o que, posto que menos perfeito, dava comtudo algum resultado util.

Segundo os mappas annexos sob nº 5 e 6, em 31 de Março constava ao quartel-general do ajudante-general existirem 14,041 praças de pret de 1ª linha, em vez das 16,000 decretadas pela Lei de 5 de Agosto de 1857, havendo portanto a falta de 1,959 homens.

Esse algarismo porém se tornaria muito mais elevado, se a necessidade não tivesse obrigado a deixar de dar baixa a 1,853 praças, que, tendo concluido o seu tempo, não se têm querido contractar para continuar a servir. Se as circumstancias permittissem que se dêsse baixa a quem houvesse satisfeito a obrigação legal, a que estava sujeito, o deficit no exercito se elevaria a cerca de 4,600, e o effectivo, longe de corresponder ao determinado na Lei, attingiria a pouco mais de 12,000 praças.

Se é duro e penoso constranger o cidadão brasileiro ao serviço militar, muito mais sensível deve ser obrigar o que tem já satisfeito o imposto pessoal militar, a nelle continuar, e por longos annos. Mais uma razão nos fornece o mappa ultimamente citado para que na presente sessão seja revista e melhorada a Lei do recrutamento, fazendo-se entrar em discussão algum dos muitos projectos existentes, preferindo-se o que, em vossa sabedoria, julgardes mais conforme ás nossas circumstancias.

Segundo as informações do ajudante-general, durante o proximo passado anno civil tivemos 1,034 recrutas, 684 voluntarios, e 435 soldados que havião completado seu tempo de serviço, e se contractarão por seis annos. Na conformidade dos Regulamentos existentes foi-se dando baixa, e por ordem de antiguidade, a uma praça, que havia finalizado o termo por que estava sujeita ás fileiras, por dous recrutas que se fazião; e comquanto este procedimento parecesse que devia dar como resultado necessario o augmento de força numerica do exercito, em

relação ao do ultimo anno , reconhece-se o contrario , pois que segundo o mappa annexo ao Relatorio de 1858 , existião 14,394 praças de pret, e actualmente ha 14,041.

As mortes , baixas por molestias , deserções , etc., fazem desaparecer das fileiras numero de soldados superior ao que fornece o recrutamento.

A deficiencia da força de 1ª linha , e a urgencia do serviço , tem forçado o governo a empregar a guarda nacional ; e do mappa respectivo vereis que em o ultimo de Março se achavão em serviço de destacamento 814 guardas nacionaes.

Afim de evitar abusos, que desgraçadamente se tem dado, posto que rarissimas vezes, declarei ao ajudante general, por aviso de 28 de Março ultimo, que os corpos de Guardas Nacionaes em serviço de destacamento estão sujeitos tão somente á disciplina da Lei n. 602 de 19 de Setembro de 1850 e de seus respectivos regulamentos; não tendo a autoridade militar em relação a esses corpos outra attribuição mais do que a de exigir o numero de praças necessarias ao serviço.

A organização da força do exercito não soffreu no ultimo anno alteração alguma. Continua pois a existir o mesmo numero de regimentos, batalhões e companhias, que já conheceis pelos anteriores relatorios.

Tendo-se por Decreto de 13 de Março de 1858 determinado a dissolução do corpo de Exercito de observação na Provincia de S. Pedro, e mandado por Aviso dessa mesma data, organizar uma divisão de observação composta de tres brigadas, e havendo cessado os motivos que aconselhárão aquella medida de precaução, por outro Aviso de 20 de Outubro do dito anno se ordenou tambem a dissolução da divisão, o que se verificou em 6 de Novembro seguinte; cessando assim algumas despezas provenientes da agglomeração de forças e sua consequente organização.

O armamento da nossa infantaria compõe-se ainda em geral das antigas armas de pederneira, armamento já abandonado em quasi toda a Europa. Se o systema é máo, a especialidade do que, por necessidade de circumstancias, fomos obrigados a comprar, ainda é peor, e os batalhões de fuzileiros e caçadores se podião reputar desarmados.

Para remediar tão grande falta em 1855 foi a nossa Legação na Belgica, coadjuvada pelo Dr. Guilherme Schüch de Capanema, encarregada de comprar

1,200 fuzis, 1,000 clavinas com baionetas, sabres, e 500 clavinas sem baionetas, sendo todo o armamento á Minié.

Este armamento foi recebido e julgado bom. O seu adarme, ou antes o diametro do interior dos canos, corresponde ao de nossas espingardas chamadas de 17, unicas usadas pela infantaria e artilharia.

Em 1857 foi incumbida ao major Francisco Primo de Souza Aguiar a compra de :

Espingardas de 17, cano liso.	2,000
Ditas (á Minié) para infantaria.	3,000
Ditas (á Minié) para caçadores.	3,000
Mosquetões (á Minié) para artilharia.	2,000
Ditos (á Minié) para cavallaria.	3,000
Pistolas á Minié.	3,000

Além de correame, equipamento e peças de fardamento, como capotes, sapatos, etc.

Parte deste armamento tem chegado, e o resto vai chegando diariamente, e sobre elle se procede a minuciosos exames.

Verifica-se porém, que entre as armas de precisão das duas compras ha grande differença de $\frac{1}{2}$ diametro, o que sensivel embaraço produz, tendo-se de armar uma força mais numerosa, por não ser então sufficiente o armamento de igual calibre.

Entretanto estuda o governo os meios de obviar estes embaraços, mas desde já acredita que não obterá um resultado completo, se não comprar ainda algum armamento igual ao que fôr preferido entre o que possuímos, por fórmula a, em qualquer emergencia, nos acharmos habilitados a reunir maior numero de corpos com armamento igual em calibre.

O Regulamento n. 722 de 31 de Março de 1851, fixando, segundo era determinado pela Lei n. 585 de 6 de Setembro de 1850, as habilitações para a promoção dos officiaes, exigio o curso scientifico completo de cada uma das armas ou corpos, como condição indispensavel para o accesso de um a outro posto, e só no caso de haver falta absoluta de officiaes theoricos, permite accesso aos outros. Esta determinação, que por muitos annos deixou de ser sensivel, pois que seus effectos, segundo o art. 37, só podião applicar-se a quem passasse a official

depois de 31 de Março de 1851, começa na pratica a mostrar serios inconvenientes.

Jovens officiaes praticos existem com bons serviços de campanha, e com os conhecimentos precisos para com vantagem continuarem no exercito, e nelle subirem aos diferentes grãos de sua jerarchia; e apesar de tão recommendaveis circumstancias são elles preteridos por quem não possui muitas vezes outro merecimento e serviço mais do que ter passado, nas escolas, dous annos de estudo com mais, ou menos proveito.

Dou toda a importancia aos conhecimentos theoricos, mas acredito que não se deve por isso deixar de ter muito em consideração os adquiridos na pratica do campo, principalmente quando ligados a outras qualidades recommendaveis.

Póde-se e deve-se conciliar uma e outra cousa, e isto se conseguirá decretando-se que dous terços das vagas dos postos de alferes a capitão sejam conferidos sem attenção aos estudos theoricos, e o terço restante aos militares que os tiverem, se a esses estudos reunirem as outras indispensaveis qualidades determinadas pelo citado Regulamento.

Para o accesso dos postos superiores, tendo o governo o arbitrio de promover metade por merecimento, convem que taes promoções sejam independentes dos estudos theoricos, e só pelas provas que praticamente derem desse merecimento.

Estas medidas, ou outras semelhantes, parecem-me mui urgentes para fazer desaparecer o desanimo, que se vai manifestando em grande parte da nossa officialidade.

Corpo de Saude do Exercito.

Este corpo tem a organização, que lhe foi dada pelo Decreto n. 1,900 de 7 de Março de 1857. O seu pessoal não é sufficiente para as necessidades do serviço. E não desejando o governo que os corpos do Exercito existentes fóra de alguns centros de grande população soffrão falta de facultativos, tem procurado mandar o maior numero de cirurgiões militares para os lugares, em que são escassos os recursos medicos, não permitindo que aquelles facultativos se agglomerem, onde podem com facilidade ser substituidos por medicos civis.

Assim feita uma melhor distribuição do pessoal do corpo de saúde pelas províncias, resolvi autorisar o contracto de medicos paesanos para na côrte e nas capitaes da Bahia e Pernambuco substituirem os militares no serviço dos corpos, e no dos hospitaes.

A companhia de enfermeiros creada pelo mencionado Decreto se não organisou ainda. A retribuição estabelecida não é bastante para attrahir individuos moralisados, que voluntariamente se dediquem ao pesado serviço de enfermeiros, principalmente ficando sujeitos á disciplina militar. Ordenei porém em 16 de Abril ultimo ao ajudante general que procurasse dar praças a esta companhia tirando as mais proprias dos outros corpo do exercito.

Aquelle mesmo Decreto de 7 de Março de 1857 reorganisou os hospitaes e enfermarias do Exercito. O governo tem ido lentamente no preenchimento dos empregos desses estabelecimentos, não só pela falta de pessoal habilitado, como para conseguir mais acertada escolha, e por isso além das enfermarias existentes em quasi todas as províncias, apenas contão-se quatro hospitaes creados na côrte, Bahia, Pernambuco, e Matto-Grosso, não estando porém o seu pessoal completo.

Creditos.

Depois da ultima reunião do corpo Legislativo foi o governo forçado a abrir quatro creditos, dos quaes tres supplementares e um extraordinario, para satisfação dos serviços dos dous exercicios de 1857—1858 e 1858—1859, visto não serem sufficientes as quantias votadas para diversas rubricas. Os motivos, que autorisárão a creação de taes creditos, detalhadamente encontrareis nas exposições, que estão appensas ao presente Relatorio.

Ainda que seja avultada a somma dos creditos supplementares abertos para o presente exercicio, tenho confiança em que o algarismo da despesa não excederá ao concedido pelo Corpo Legislativo, pois se em algumas rubricas foi indispensavel ir além do votado, em outras espero se dêem sobras consideraveis, cuja importancia desde já não posso indicar com exactidão por não terem ainda chegado esclareci-

mentos de todas as provincias, e faltar mez e meio para a terminação do anno financeiro.

Taes são, Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, as informações que julguei conveniente ministrar-vos.

Se por ventura fôrem insufficientes para melhor ajuizardes sobre as medidas, que pareção exigidas pelos melhoramentos da Repartição da Guerra, apressar-me-hei em fornecer quaesquer outros esclarecimentos, de que possais carecer.

Palacio do Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1859.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

DOCUMENTOS OFFICIAES



N. I.

AVISO DE 7 DE MARÇO DE 1859.

Resolvendo as duvidas propostas sobre o modo por que se deve proceder para andamento dos trabalhos escolares.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 7 de Março de 1859.

Resolvendo as duvidas por V. S. propostas em officio n. 99 do 1º do mez ultimo, ácerca do modo por que deve proceder para o andamento dos trabalhos escolares, lhe declaro, para seu conhecimento e governo:

1.º Que o art. 38 do reguluamento approvedo pelo decreto n. 2,116 do 1º de Março de 1858 só exige os preparatorios ahi indicados para os individuos que daquella data em diante pretenderem matricular-se pela primeira vez nessa escola e na militar e de applicação, sendo portanto licito aos que já erão alumnos das ditas escolas antes da reforma progredirem nos seus cursos sem exigencia de novos preparatorios, além dos que pelos estatutos do 1º de Março de 1845 erão determinados.

2.º Que os alumnos dessa escola que, passando da anterior, e achando-se com approvações em aulas primarias, não estiverem habilitados nas secundarias, que actualmente correspondem áquellas, em consequencia da alteração de ordem em que antes se achavão distribuidas, possam matricular-se nas aulas primarias dos annos immediatamente superiores aos das aulas primarias em que se acharem approvedos, frequentando porém, em vez das aulas secundarias correspondentes, as dos annos anteriores que lhes faltarem, e segundo a ordem em que pelos novos estatutos estão collocados; assim, se o estudante approvedo em geometria descriptiva, calculo differencial e integral, etc., materias da aula primaria do 2º anno dos novos estatutos, não se achar approvedo em chimica, se matriculará nesta cadeira e juntamente na de mecanica racional, pertencente ao 3º anno.

O alumno que tiver obtido approvação em mecanica racional, mas não se achar approvedo em chimica, mineralogia e geologia, se se destinar ao curso de engenharia civil ou militar, ou simplesmente pretender tomar o grão de bacharel em sciencias mathematicas e physicas, poderá matricular-se na aula primaria do 4º anno, e frequentar a aula de chimica, se lhe faltar esta sciencia e a de mineralogia, ou a aula desta, se já tiver tido approvação naquella.

Se porém o alumno se destina ao curso do estado-maior de 1ª classe, ou de artilharia, achando-se approvedo na aula primaria do 3º anno, se matriculará nas aulas secundarias que lhe faltarem, e depois de approvedo nellas, no fim do corrente anno lectivo passará á escola de applicação.

Semelhantemente os alumnos civis que pretenderem sómente tomar o grão de bacharel, e os que se destinão ao curso de engenharia militar, tendo obtido a approvação da aula primaria

do 4º anno e da secundaria, conforme fica acima determinado, se matricularão no seguinte anno civil nas aulas de sciencias philosophicas que ainda lhes faltarem.

Os alumnos civis que se destinão á engenharia civil, tendo frequentado a aula primaria do 4º anno, como fica acima determinado, e sido approvados, poderão matricular-se na aula primaria da 1ª cadeira do curso supplementar, e conjunctamente na de chimica, mineralogia e geologia, botanica e zoologia, segundo as circumstancias em que se acharem de approvações destas materias, e semelhantemente se procederá para a matricula da aula primaria do 2º anno do curso supplementar quando fõrem approvados na aula primaria deste curso e na secundaria que com ella houverem frequentado.

Approvados nesta aula primaria do 2º anno supplementar e na secundaria que com ella estudarem, se matricularão depois em todas as aulas secundarias que ainda lhe faltarem.

Procedendo-se desta maneira cessarão as principaes difficuldades que têm embaraçado a matricula dos alumnos da extincta escola, que assim poderá funcçãoar com a possivel regularidade e com o menor gravame daquelles alumnos.

Deos guarde a V. S.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

Sr. Firmino Herculano de Moraes Ancora.

N. 2.

AVISO DE 17 DE JANEIRO DE 1859.

Resolvendo que aos alumnos que completarão o curso de sciencias mathematicas e physicas faltando-lhes o preparatorio de historia, se confira o titulo e grão de bacharel naquellas sciencias.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Janeiro de 1859.

Sua Magestade o Imperador, attendendo á supplica dos alumnos da escola central que completarão o curso de sciencias mathematicas e physicas, faltando-lhes o preparatorio de historia que exige o novissimo regulamento e as informações dadas por V. S., a esse respeito, Houve por bem resolver que se confira aos ditos alumnos o titulo e grão de bacharel naquellas sciencias, dispensando-se-lhes o exame de historia, visto que lhes é applicavel, e com maior razão, o disposto no art. 149 do regulamento do 1º de Março do anno findo, e além disso tal dispensa é tambem conforme ao que em casos analogos se tem praticado em outras academias. O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deos guarde a V. S.

José Maria da Silva Paranhos.

Sr. Firmino Herculano de Moraes Ancora.

N. 3.

Mappa demonstrativo do movimento da Escola Central em o anno de 1858.

		Curso preparatorio.					Curso Mathematico.				Sciencias physicas.				Curso de Engenharia Civil.		TOTAES.	OBSERVAÇÕES.
		Latim.	Francez.	Geographia.	Historia.	Mathematica.	1º anno.	2º dito.	3º dito.	4º dito.	Physica.	Chimica.	Mineralogia e Geologia.	Botanica e Zoologia.	1º anno.	2º dito.		
MILITARES.	Matriculados	6	9	13	16	...	15	32	37	22	86	15	19	14	1	...	285	O excesso de dous alumnos que apparece em Physica sobre a somma dos alumnos matriculados nas aulas primarias dos tres primeiros annos é proveniente de se terem matriculado só em physica.
	Perdêrão o anno por faltas	2	3	8	2	...	1	3	4	2	8	...	2	35	
	Aprovados	1	2	7	15	27	20	48	12	17	14	1	...	163	
			...	4	4	...	5	14	4	...	9	2	43	
	Reprovados	2	1	...	2	...	11	1	17	
	Deixarão de fazer exame	3	2	1	10	...	1	9	1	
																	26	
	Somma de matriculas de militares	6	9	13	16	...	15	32	37	22	86	15	19	14	1	
VOLUNTARIOS.	Matriculados	29	13	18	62	72	3	26	12	6	42	10	7	8	4	...	312	
	Perdêrão o anno por faltas	3	2	6	5	11	...	5	5	37	
	Aprovados	12	3	5	18	13	1	12	2	...	12	1	2	...	105	
																	81	
	Reprovados	1	2	...	8	16	4	31	
	Deixarão de fazer exame.	9	6	6	27	9	1	
																	58	
	Somma de matriculas de voluntarios.	29	13	18	62	72	3	26	12	6	42	10	7	8	4	...	312	
Somma total de alumnos matriculados.		95					18	58	49	28	1	...	2	5	256	

Secretaria da Escola Central, 7 de Abril de 1859.

UMBELINO ALBERTO DE CAMPOS LIMPO, secretario.

N. 4. — ESCOLA MILITAR E DE APLICAÇÃO.

Mappa demonstrativo do movimento escolar dos alumnos matriculados em o anno lectivo de 1858.

Especificação do movimento.	AULA PREPARATORIA DE MATHEMATICAS								1.º ANNO (1.ª CADEIRA)												2.º ANNO						TOTAL GERAL		
	ENG.	ARTILHAREA		CAVALLARIA		INFANTARIA		TOTAL	ENGENHEIR.		ARTILHARIA		CAVALLARIA		INFANTARIA		Alferes-alumnos	TOTAL	ENG.	Alferes	ARTILHARIA		Alferes-alumnos	TOTAL					
	Officiaes inferiores	Officiaes inferiores	Outras praças de pret	Alferes	Praças de pret	Officiaes inferiores	Outras praças de pret		Segundos Tenentes	Praças de pret	Segundos Tenentes	Officiaes inferiores	Outras praças de pret	Alferes	Officiaes inferiores	Outras praças de pret			Alferes		Officiaes inferiores	Outras praças de pret			Segundos Tenentes	Alferes		Segundos Tenentes	Officiaes inferiores
Approvados.....	{	Plenamente.....	4	1	1	6	2	1	1	..	5	2	11	2	1	1	..	1	5	22
		Simplemente.....	..	1	9	4	14	2	..	4	1	..	1	2	..	1	..	11	..	3	..	1	1	5
Reprovados.....	1	2	10	3	16	1	1	3	..	1	4	1	2	5	4	22	2	2	40	
Inhabilitados no exame de sufficiencia.....	1	1	6	1	1	3	7	20	20	
Trancção a matricula....	{	Por ser transferido para a Escola Central.....	1	1	1	
		Para reunir-se ao seu corpo (como pedio).....	1	1	1	
Perdêrão o anno pelo numero de faltas de comparecimento ás aulas.....	..	1	3	..	2	..	3	9	1	3	3	..	7	1	1	17	
Matriculados.....	2	5	32	2	4	3	17	65	2	1	4	1	13	1	1	5	4	5	9	7	53	2	4	2	1	4	13	131	

OBSERVAÇÕES

Na 2ª cadeira do 1º anno (Direito Militar) forão 4 alumnos aprovados plenamente, 21 aprovados simplesmente, e 19 reprovados.

Todos os alumnos que obtiverão approvação no 1º ou no 2º anno forão igualmente habilitados em desenho.

Só fizerão exames praticos 4 alumnos do 1º anno, unicos que completárão o curso theorico das respectivas armas; dos quaes 2, um official e outro praça de pret de infantaria, forão habilitados; sendo inhabilitado 1 Alferes-alumno que se destinava a essa arma, e uma praça de pret de cavallaria.

MAPPA DA FORÇA DOS CORPOS DO EXERCITO, POR ARMAS, EXTRAHIDO DOS ULTIMOS MAPPAS PARCIAES EXISTENTES.

[illegible]

O Tenente-General BARÃO DE SURUBY, Ajudante-General do Exército.

Quartel-General do Exercito na côrte. 31 de Março de 1859.

N. 6. — MAPPA DA DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DO EXERCITO POR PROVINCIAS.

CORPOS E ARMAS.		PROVINCIAS EM QUE SE ACHÃO	DATAS DOS ÚLTIMOS MAPAS.	POA DO INTERIO	DO CAJAL DO SUL	SANTA CATARINA	PARANÁ	MINAS GERAIS	S. PAULO	CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO	ESPIRITO-SANTO	SERGIPE	BHIA	ALAGOAS	PIAUI	RIO GRANDE DO NORTE	CEARÁ	PARANÁ	MARANHÃO	PILCOT	PARÁ	ALAGOAS	GOIÁS	MATTO-GROSSO	TOTAL
CORPOS ESPECIAES	Estado-Maior General.			7						13			3												27
	Corpo de Engenheiros.			6	13	2			1	61	1	4	5	1	1		1	1	3		2			1	103
	Corpos do Estado-Maior			1	9	1			1	52	1								2		2		1	3	74
	De 1.ª classe.																								
CORPOS MONTES	Repartição Ecclesiastica.				5	1		1	2	9			3		7		2	1	1		3	1	1	2	39
	Corpo de Saude.				21	1	1	1	3	29	1	1	18	2	8		2	3	5	1	5	2	2	6	145
	Batalhão de Engenheiros com 4 companhias.									191															191
	1.º Regimento a cavallo com 6 baterias.				553					12															556
CORPOS MONTES	1.º				2				1	551			2	1											556
	2.º									30			4											361	396
	3.º									19				1					28		318			1	368
	4.º									21					253							2			278
CORPOS MONTES	Corpo de Matto-Grosso com 4 companhias.									1					1										280
	2 companhias do corpo de guarnição fixa da Bahia.																								283
	Corpo de Artífices da corte com 2 companhias.					1				156															161
	3 companhias de Artífices.													83											83
CORPOS MONTES	3 companhias de Artífices.													80											80
	1.º																								81
	2.º																								81
	3.º																								353
CORPOS MONTES	3 regimentos com 8 companhias cada um.				566				1	3															372
	1.º				302					3															405
	2.º				341				1	1															439
	3.º				359					3															367
CORPOS MONTES	Corpo de Matto-Grosso com 4 companhias.									1	3														213
	2 companhias do corpo de guarnição fixa da Bahia.									2			96												98
	1 companhia de Goiás.									1															62
	1 companhia dos corpos de guarnição fixa.										1														35
CORPOS MONTES	1 companhia dos corpos de guarnição fixa.									61	2														63
	1 companhia dos corpos de guarnição fixa.									64															64
	1 companhia de Pernambuco.										1					63									64
	1.º										1														12
CORPOS MONTES	2.º									623			3												3
	3.º									8			219	1	3										1
	4.º									346															536
	5.º									567	1			1											1
CORPOS MONTES	6.º									9															1
	7.º									2															1
	8.º									22				1											1
	9.º									553	1			1											580
CORPOS MONTES	10.º									5			289	61	1										5
	11.º									29															295
	12.º									2				3	1	283								1	
	13.º									1						292								1	
CORPOS MONTES	14.º									3			2		306									2	
	15.º									9			2											1	
	16.º									46	1													531	
	17.º									380														1	
CORPOS MONTES	18.º									6															387
	19.º									1															508
	20.º									2			2	232											237
	21.º									12															160
CORPOS MONTES	22.º									115															4
	23.º									150															159
	24.º									153															160
	25.º									153															160
CORPOS MONTES	26.º									4			92												96
	27.º									6	89														96
	28.º																								1
	29.º																								1
CORPOS MONTES	30.º									1															172
	31.º									4															310
	32.º									5															256
	33.º									1															308
CORPOS MONTES	34.º									9															181
	35.º									166	1														1
	36.º																								2
	37.º																								1
CORPOS MONTES	38.º																								1
	39.º																								16
	40.º																								3
	41.º																								6
CORPOS MONTES	42.º																								26
	43.º																								18
	44.º																								2
	45.º																								54
CORPOS MONTES	46.º																								515
	47.º																								931
	48.º																								450
	49.º																								843
CORPOS MONTES	50.º																								17,269
	51.º																								
	52.º																								
	53.º																								

CREDITOS SUPPLEMENTARES.

I

SENHOR.

O exercicio de 1857 a 1858 foi dotado pela lei n. 884 do 1º de Outubro de 1856, para as despesas do ministerio da guerra, com a somma de 9,537:334\$720, e pela lei n. 938 de 26 de Setembro de 1857 com a importancia addicional de 1,663:096\$550.

Dous creditos supplementares, um de 116:428\$500, por Decreto n. 2009 de 31 de Outubro de 1857, e outro de 2,489:967\$580, por Decreto n. 2134 de 20 de Março de 1858, foram abertos para o mesmo exercicio, sendo assim autorizada a despesa total de 13,806:827\$350.

Estas sommas seriam de certo sufficientes, se fosse possivel supprir a deficiencia de umas verbas com as sobras de outras; a lei, porém, não o permite, e torna-se por isso necessaria a concessão de um novo credito muito inferior ás sobras que apresentam algumas rubricas no valor de 1,816:056\$956.

No § 1º, *Secretaria de Estado e Repartições annexas*, verifica-se o deficit de 34:877\$727, não obstante o augmento de credito dado pelo Decreto de 20 de Março de 1858, na importancia de 13:129\$200.

Neste paragrapho se achão comprehendidas todas as despesas do pessoal e material da secretaria de estado, repartição do quartel-mestre-general, archivo militar e respectiva lithographia.

A somma destinada ao expediente destas repartições, incluída a impressão dos actos do governo, foi a de 15:000\$000; quantia insufficiente para occorrer ás despesas da impressão dos actos do governo, que entram na legislação do paiz, do Relatorio da repartição, do Almanak militar, Ordens do dia do ajudante-general, e outros documentos, cuja publicação no exercicio por encerrar trouxe a despesa de 26:838\$200.

Além do referido excesso occorreu o de 16:463\$947, proveniente das maiores vantagens, como sejam gratificações de exercicio, etapes, e forragens, percebidas em virtude dos decretos de 31 de Janeiro de 1857 pelos officiaes do exercito empregados nas referidas repartições de quartel-mestre-general, archivo militar, e officina lithographica.

No § 6º, *Arsenaes de Guerra*, se encontra o deficit de 134:524\$297. Esta verba foi pri-

mitivamente dotada com a quantia de 1,581:440\$400, e posteriormente com a de 1,381:610\$300 pela lei de 26 de Setembro de 1857, e decreto de 20 de Março de 1858; ao todo 2,963:050\$700.

Apezar de tão avullada quantia, reconhece-se o deficit acima indicado.

As grandes despesas occasionadas pela marcha de varios contingentes, que seguirão para o interior do Imperio, o immenso material, que teve o mesmo destino, e a necessidade de se considerar despendida a quantia de 350:000\$000, mandada pôr á disposição dos nossos agentes na Europa para a aquisição de trem bellico, assaz demonstrão que o dispendio não só não tem sido excessivo em relação ás circumstancias, em que se achou o Imperio, como que muito maior seria o sacrificio, se taes circumstancias não se houvessem modificado.

No § 8º, *Commando de Armas*, acha-se o deficit de 6:246\$795. Para esta verba a lei autorizou a despesa de 197:516\$200, que foi excedida em consequencia do augmento de vencimentos dos officiaes empregados nos diversos commandos de armas, inspecções militares, e pela creação da repartição do ajudante-general do exercito.

A especialidade de vencimentos dos officiaes do corpo de saude, e o augmento de seu numero nas provincias de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e Matto-Grosso, trazem a necessidade de um credito de 6:851\$520 no § 11, além do de 103:777\$250, autorizado em 20 de Março de 1858.

O § 19, *Obras Militares*, foi dotado pelo Corpo Legislativo com 620:000\$000. A despesa, porém, excedeu aquella consignação, verificando-se o deficit de 33:948\$646.

No municipio da côrte e provincia do Rio de Janeiro, além dos reparos, sempre dispendiosos, dos quartéis, fortificações e estabelecimentos publicos dependentes deste ministerio, foi preciso levantar desde os alicerces um picadeiro, onde possão receber lições de equitação não só os alumnos das escolas militares, como as praças de cavallaria, e onde sejão adestrados convenientemente os cavallos pertencentes ao corpo daquella arma, que estiver estacionado nesta capital.

Nas provincias, mórmente nas fronteiras, a carencia quasi absoluta de aquartelamentos, e a necessidade de fazer progredir as fortificações proprias para a sua defesa, impôz o dever de melhor considerar esta rubrica. Não obstante, porém, o augmento votado pelo Corpo Legislativo para este ramo de serviço, as obras militares occasionarão o deficit indicado.

Semelhante resultado não surpreenderá, se attender-se a que é preciso concluir o estabelecimento militar de Obidos, e os que dizem respeito ás fronteiras das provincias do Amazonas e Matto-Grosso; bem como á necessidade de dar abrigo aos corpos de linha nas ditas provincias, na de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e ainda em outras; finalmente, se levar-se em conta a elevação dos salarios e dos preços das materias primas.

No § 20, *Diversas Despesas e Eeventuaes*, prevê-se que o deficit subirá a 81:611\$777. Os credits votados sommão em 700:808\$000.

Além da deficiencia já reconhecida, maior excesso se ha de verificar necessariamente nas despesas, que se fizerão pelas thesourarias de S. Paulo e Goyaz. Todos os gastos de transportes de material destinado a Matto-Grosso; as ajudas de custo dos officiaes, que marcharão para aquellas provincias, ou dellas regressarão, e bem assim as dos que tem seguido de umas para outras provincias; emfim, as variadas despesas provenientes da locomoção de tropas e

de material são attendidas por esta verba. Não pôde pois causar reparo que subissem a tal algarismo em circumstancias extraordinarias.

Tendo, Senhor, procurado demonstrar a necessidade da decretação do credito de 298:060\$762 para completa satisfação dos serviços incumbidos á repartição interinamente a meu cargo, permitta V. M. Imperial, que resumidamente indique quaes as sobras existentes nos diversos paragraphos da vigente lei do orçamento, sobras que reduzem notavelmente o algarismo da despesa, considerada esta em relação não só ao votado pelo Corpo Legislativo, como aos creditos supplementares autorisados pelo governo de V. M. Imperial.

A somma total dos creditos votados e autorisados incluído o que actualmente solicito, importa em 14,104:888\$112; mas dando-se a sobra de 1,816:056\$956, reduz-se a despesa real a 12,288:831\$156, isto é, 1,088:399\$886 mais do que a autorizada pelo Corpo Legislativo.

E' mesmo provavel que ainda suba o algarismo das sobras, porque presume-se que na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pouco ou nada se tem despendido da quantia, que lhe foi distribuida para obras militares.

Não occuparei a attenção de V. M. Imperial com a individuação das sobras, cujo algarismo ora avulta, ora é insignificante, segundo as verbas, e concluirei ponderando a este respeito, e em relação ás despesas mais importantes do exercicio, que está a findar, as eventualidades, que erão então de prever.

Não se tendo felizmente realisado taes emergencias, o governo foi solícito em sustar e reduzir todas as despesas, que se tornarão desnecessarias. Suspendeu a marcha de tropas, dissolveu o corpo de observação do Rio Grande do Sul, e consequentemente os dispendios, que assim se fazião como em circumstancias extraordinarias; sommas avultadas cuja economia se deve aos acertados esforços, com que o governo de V. M. Imperial pôde evitar o recurso ás armas nas questões sobrevindas entre o Imperio e a Republica do Paraguay.

Na presença, pois, de taes considerações. Vossa Magestade Imperial se dignará resolver como mais conveniente fór.

De Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e obediente

José Maria da Silva Paranhos.

DECRETO N. 2321 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1858.

Autorisa o credito supplementar de Rs. 298:060\$762 para as despesas de diversas rubricas no exercicio de 1857-1858.

Attendendo á insufficiencia do credito votado pelo art. 6º da lei n. 884 do 1º de Outubro de 1856, para as despesas da repartição da guerra em diversas rubricas do exercicio de 1857 a 1858: Hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros, e em conformidade do paragrapho 2º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de Setembro de 1850, autorisar o credito supplementar de Rs. 298:060\$762, distribuido conforme a tabella, que com este baixa; devendo esta medida ser levada em tempo competente ao conhecimento do Corpo Legislativo.— José Maria da Silva Paranhos, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, e encarregado interinamente dos da guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Dezembro de 1858, trigesimo setimo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de SUA Magestade O Imperador.

José Maria da Silva Paranhos.

Tabella a que se refere o Decreto desta data que autorisa o credito supplementar de Rs. 298:060\$762.

Art. 6º da lei n. 884 do 1º de Outubro de 1856.

§ 1º Secretaria de Estado e Repartições annexas	34:877\$727
§ 6º Arsenaes de Guerra, Armazens de artigos bellicos e Conselhos Admi- nistrativos	134:524\$297
§ 8º Commandos de Armas e Inspeções de Corpos.	6:246\$795
§ 11. Corpo de Saude	6:851\$520
§ 19. Obras Militares	33:948\$646
§ 20. Diversas Despesas e Eventuaes	81:611\$777
Rs.	<u>298:060\$762</u>

Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Dezembro de 1858.

José Maria da Silva Paranhos.

II

SENHOR.

Não sendo sufficientes as quantias destinadas pela Lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857 para as despesas do anno financeiro de 1858-1859, estando já exaustas algumas verbas, e prevendo-se que em breve fiquem outras; comquanto ainda se aguardem esclarecimentos das provincias, que habilitem a Contadoria Geral da Guerra a conhecer perfeitamente qual o deficit real nos differentes paragraphos da referida lei, julgo conveniente submeter á Alta Consideração de Vossa Magestade Imperial a creação de um credito no valor de 259:006\$846 distribuido por differentes verbas, do modo que passo a expender.

No § 5º, *Instrucção Militar*, dotado pela lei com a somma de 144:680\$160, resta apenas disponivel cerca de seis contos de réis. Proponho que se augmente esse credito com a de 50:000\$000, somma que certamente não é sufficiente para as despesas do presente semestre, mas que opportunamente poderá ser elevada. As reformas das Escolas Militares trouxirão, como consequencia, excesso de despesa extraordinaria sobre o votado pelo Corpo Legislativo.

No § 12, *Gratificações diversas*, já se observa o deficit de 12:839\$854. A quantia com que foi dotada primitivamente essa rubrica apenas subia a 96:107\$200, quantia em qualquer circumstancia insufficiente, e agora principalmente, pois que por uma melhor qualificação das despesas da Repartição da Guerra alguns encargos, que erão satisfeitos por outras rubricas, como ajudas de custo, gratificações especiaes ou extraordinarias, passarão para a verba de que trato. Assim julgo preciso que se abra para estes serviços o credito de 62:839\$854, para com elle se ir occorrendo ás necessidades, que já se realisão, ficando qualquer outro supprimento, que se torne necessario, para quando se conheção as despesas das provincias.

No § 18, *Diversas Despesas e Eventuaes*, temos immediata necessidade de um augmento de 146:166\$992. As quantias commummente destinadas a esta verba são insufficientes, e para o exercicio corrente, dando a lei 81:800\$000, ainda foi a verba menos attendida do que tem sido habitualmente. As despesas do transporte de tropas por mar por si só absorvem a maior parte das quantias destinadas a esta rubrica, e se se considera o augmento de soldadas de muitos individuos pagos por esta rubrica, concluir-se-ha que o pedido ainda fica áquem do que se terá de despendar no exercicio. Na presença pois de taes considerações Vossa Magestade Imperial Se Dignará resolver como fór mais justo.

De Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e obediente

José Maria da Silva Paranhos.

DECRETO N. 2344 DE 29 DE JANEIRO DE 1859.

Autorisa o credito supplementar de Rs. 259:006\$846 para as despesas de diversas rubricas no exercicio de 1858 a 1859.

Attendendo á insufficiencia do credito votado pelo art. 6º da lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857 para as despesas do ministerio da guerra em diversas rubricas do exercicio de 1858 a 1859: Hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros, e em conformidade do paragrapho 2º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de Setembro de 1850, autorisar o credito supplementar de Rs. 259:006\$846, distribuido conforme a tabella que com este baixa; devendo esta medida ser levada em tempo opportuno ao conhecimento do Corpo Legislativo.

José Maria da Silva Paranhos, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, e encarregado interinamente dos da guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1859, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de SUA Magestade O Imperador.

José Maria da Silva Paranhos.

Tabella a que se refere o Decreto desta data que autorisa o credito supplementar de Rs. 259:006\$846 para as despesas do exercicio de 1858 a 1859.

Art. 6º da lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857.

§ 5º Instrução Militar.	50:000\$000
§ 12. Gratificações diversas.	62:839\$854
§ 18. Diversas Despesas e Eventuaes.	146:166\$992
	<hr/>
Rs. . . .	259:006\$846
	<hr/>

Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1859.

José Maria da Silva Paranhos.

III

SENHOR.

As despesas requeridas pela manutenção do presidio de Fernando de Noronha forão sempre pagas pelo ministerio da guerra. Entendeu-se porém uma vez que pela sua natureza era mais curial que corresse pela repartição da justiça. Na proposta do governo para afixação da despeza do exercicio de 1858 a 1859 não foi contemplada quantia alguma para esse serviço tanto em um como em outro orçamento. Na falta de proposta do governo o Corpo Legislativo não votou credito algum para alimentação dos presos existentes naquelle presidio, nem tão pouco para pagamento dos honorarios dos respectivos empregados.

Sendo porém preciso resolver definitivamente á qual das duas repartições deve competir a satisfação deste encargo, foi Vossa Magestade Imperial servido determinar que a respeito se ouvissem as secções de guerra e marinha e justiça do conselho de estado, e por Sua Immediata e Imperial Resolução de 20 de Março do anno próximo passado, tomada sobre Consulta das referidas secções, foi determinado que continuem taes despesas a cargo da repartição da guerra.

Consequentemente faz-se preciso preencher essa lacuna da lei do orçamento, e habilitar a repartição da guerra para occorrer ás despesas já feitas e por fazer, e isso traz-me á Augusta Presença de Vossa Magestade Imperial pedindo a approvação do Decreto junto, que abre o credito extraordinario de 50:000\$000 na conformidade do § 3º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de Setembro de 1850.

De Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e obediente

José Maria da Silva Paranhos.

DECRETO Nº 2347 DE 5 DE FEVEREIRO DE 1859.

Abre o credito extraordinario de Rs. 50:000\$000 para occorrer ás despesas já feitas e por fazer com o presidio de Fernando de Noronha no exercicio de 1858 a 1859.

Hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros, e na conformidade do paragrapho terceiro do artigo quarto da lei numero quinhentos oitenta e nove de nove de Setembro de mil oito centos e cincoenta, abrir o credito extraordinario da quantia de cincoenta contos de réis, para occorrer ás despesas já feitas e por fazer com o presidio de Fernando de Noronha no exercicio de mil oitocentos cincoenta e oito a mil oitocentos cincoenta e nove: devendo esta medida ser levada em tempo opportuno ao conhecimento do Corpo Legislativo.— José Maria da Silva Paranhos, do Meu conselho, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, e encarregado interinamente dos da guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de SUA Magestade O Imperador.

José Maria da Silva Paranhos.

IV

SENHOR.

Pelo decreto n. 2344 de 29 de Janeiro do corrente anno foi autorizado um credito supplemtar de Rs. 259:006\$846 para as despesas de diversas rubricas no exercicio de 1858 a 1859, e ainda, pelo decreto n. 2347 de 5 de Fevereiro seguinte, se abriu um credito extraordinario de Rs. 50:000\$000 para as despesas do mesmo exercicio com o presidio de Fernando de Noronha, que não fôra attendido na lei do orçamento n. 2016 de 7 de Novembro de 1857. Não obstante isso, temos necessidade da criação de mais um credito supplemtar na importancia de Rs. 384:173\$084 para occorrer ás despesas de rubricas já exaustas, ou que o serão antes de findo o exercicio. E é a approvação desse novo credito, que venho solicitar de Vossa Magestade Imperial.

No § 1º, *Secretaria d'Estado e Repartições annexas*, ha o deficit presumivel de Rs. 10:000\$000, por ser insufficiente a de Rs. 20:000\$000 votada para a despeza do expediente; pois que por essa verba corre o dispendio da impressão de todos os actos do governo, como a do Almanak militar, Expediente e Ordens do dia da repartição do ajudante-general do exercito.

A despeza com a instrucção militar sobe a Rs. 112:600\$000, além do decretado pela lei do orçamento, que ora rege, e então ainda se verifica o deficit de Rs. 50:000\$000 para occorrer ás despesas do exercicio. Esse augmento procede das reformas do 1º de Março de 1858, que tornarão insufficiente o credito votado para o § 5º.

No § 11, *Repartição ecclesiastica*, dá-se a necessidade de um augmento de Rs. 3:000\$000 para saldar as vantagens dos capellães contractados em attenção a não serem sufficientes os do quadro do exercito.

No § 16 Computão-se em mais de Rs. 48:000\$000 as despesas dos quatro ultimos mezes do exercicio; entretanto que para ellas fazer face apenas se pôde dispôr da quantia de Rs. 20:964\$509; assim o credito de Rs. 29:035\$408 parece indispensavel.

No § 17, *Obras militares*, aqui avulta o deficit de Rs. 152:608\$312. Esse deficit não seria tão importante, se a somma votada pelo Corpo Legislativo não comprehendesse a applicação especial de Rs. 200:000\$000 para obras nas provincias de S. Pedro e Amazonas. E' evidente que com Rs. 420:000\$000 destinados a todos os trabalhos de reparação e edificacão de edificios militares em as outras provincias do Imperio, impraticavel se torna deixar de transpôr os limites dos creditos ordinarios.

§ 18. Ainda na rubrica de —*Diversas Despezas e Eventuaes*— se presume a verificacão do

deficit de Rs. 126:916\$504. Para justificação desse excesso de despesa bastará lembrar que os gastos com todos os movimentos do pessoal do exercito são feitos por esta verba, e que ainda agora a transferencia do 3º batalhão de infantaria para esta côrte torna mais sensivel a necessidade daquelle augmento.

As despesas com o presidio de Fernando de Noronha são calculadas em Rs. 62:612\$860. Estas despesas não forão consideradas, como já disse, na lei do orçamento para o exercicio de 1858 a 1859, e apezar de, pelo decreto n. 2347 de 5 de Fevereiro do corrente anno, se ter autorizado o credito extraordinario de Rs. 50:000\$000, ainda faz-se mister autorisação de mais Rs. 12:612\$860 para o resto do exercicio.

E' provavel, se não certo, que os credits autorizados por V. M. Imperial no corrente anno financeiro serão excedidos pelas sobras, que se tem de verificar nas differentes verbas; mas não tendo ainda recebido das thesourarias informações completas a semelhante respeito, limito-me a submetter á alta consideração de V. M. Imperial quanto acabo de resumidamente expender.

De V. M. Imperial,

subdito obediente,

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

DECRETO N. 2405 DE 16 DE ABRIL DE 1859.

Autorisa o credito supplementar de Rs. 384:173\$084 para as despesas do ministerio da guerra no exercicio de 1858 a 1859.

Attendendo á insufficiencia do credito votado pelo art. 6º da lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857, para as despesas da repartição da guerra, em diversas rubricas do exercicio de 1858 a 1859: Hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros, e em conformidade do paragrapho 2º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de Setembro de 1850, autorisar o credito supplementar de Rs. 384:173\$084, distribuidos conforme a tabella, que com este baixa; devendo esta medida ser levada em tempo competente ao conhecimento do Corpo Legislativo. Manoel Felizardo de Souza e Mello, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Abril de 1859, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de SUA Magestade O IMPERADOR.

Manoel Felizardo de Souza e Mello,

Tabella a que se refere o Decreto desta data, que autorisa o credito supplementar de Rs. 384:173\$084.

Art. 6º da lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857.

§ 1º Secretaria de Estado e Repartições annexas	10:000\$000
§ 5º Instrução Militar.	50:000\$000
§ 11. Repartição Ecclesiastica	3:000\$000
§ 16. Fabricas da Polvora e de S. João do Ypanema	29:035\$408
§ 17. Obras Militares.	152:608\$312
§ 18. Diversas Despesas e Eventuaes	126:916\$504
Presidio de Fernando de Noronha	12:612\$860
	<hr/>
Rs. . . .	384:173\$084
	<hr/>

Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Abril de 1859.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO

Movimento dos alumnos do 2º anno do extincto curso de Infantaria e Cavallaria da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

	ARMAS.	GRADUAÇÕES.	CORPOS A QUE PERTENCEM.	NOMES.
APPROVADOS PLENAMENTE	Artilharia.	Soldado.	1º Batalhão.	José Thomaz Theodosio Gonçalves.
	Infantaria.	Alferes. Dito.	2º Batalhão. 6º Batalhão.	Feliciano Calliope Monteiro de Mello. João Maria Xavier de Brito.
APPROVADOS SIMPLESMENTE	Artilharia.	2º Tenente. 1º Cadete. Dito. Soldado. Particular.	1º Regimento de Cavallaria Dito. Dito. Dito. 1º Batalhão.	José Adolpho Nepomuceno da Silva. Vasco de Araujo e Silva. Germano Julio da Silva. Henrique Augusto Kóp. Luiz Pereira Dias.
	Cavallaria.	Alferes. Dito. Dito. Dito.	3º Regimento. Dito. 5º Regimento. Dito.	José Maria de Alencastro. Joaquim Francisco Moreira. Joaquim Pedro Salgado. Antonio Paulo Pinto da Fontoura.
	Infantaria.	Tenente. Alferes. Dito. Dito.	3º Batalhão. 2º Batalhão. 13º Batalhão. Dito.	João Tolentino Taveira de Menezes. Joaquim Mariano de Siqueira. Luiz Augusto Collin. Francisco José de Souza Neiva.
REPROVADOS.	Artilharia.	1º Cadete. Soldado.	1º Regimento a cavallo. 1º Batalhão.	Jacintho Machado de Bittencourt. Ovidio Damasceno Ferreira.
	Cavallaria.	Alferes. 2º Cadete.	1º Regimento. 2º dito.	Ignacio João Monjardim de Andrade e Almeida. João Carlos do Carino.
	Infantaria.	Alferes. Particular 2º Sargento.	12º Batalhão. 13º dito.	Miguel Victor de Mello e Albuquerque. José Clarindo de Queiroz.

Directoria na Praia-Vermelha, em 27 de Fevereiro de 1859.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Brigadeiro, Director.

ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Quadro demonstrativo do numero de alumnos que se matricularão nas aulas desta Escola em o anno de 1859.

AULAS EM QUE MATRICULARÃO		Corpo de Engenheiros	Batalhão de Engenheiros	ARTILHARIA		CAVALLAR.		INFANTARIA		ALFERES ALUMNOS	TOTAL	TOTAL POR ANNOS
		2 ^{os} Tenentes	Praças de pret	2 ^{os} Tenentes	Praças de pret	Alferes	Praças de pret	Alferes	Praças de pret			
2º ANNO MILITAR.....	Repetentes.....	1	1	3
	Que passarão do 1º anno militar.....	2	2	
1º ANNO MILITAR.....	Repetentes.....	1	4	1	9	2	17	25
	Vindos da Escola Central.....	5	2	..	7	
	Idem do antigo curso de Infantaria e Cavallaria da Provincia do Rio Grande do Sul.....	1	1	
AULA PREPARATORIA DE MATHEMATICAS ELEMENTARES....	Repetentes.....	..	1	..	8	3	..	12	78
	Transferidos da Escola Central.....	..	1	..	17	1	2	..	24	..	45	
	Admittidos pela 1ª vez á matricula nesta Escola.....	..	1	..	7	..	4	..	9	..	21	
Somma dos que se matricularão em o corrente anno.....		7	3	1	32	1	11	1	47	3	108	108
Abate-se 1 alumno que foi excluido da Escola por ter sido excuso do serviço por Aviso de 11 de Março ultimo.....		1	..	1	1
Somma dos alumnos actualmente existentes.....		7	3	1	32	1	11	1	46	3	105	105

Directoria na Praia Vermelha, em 4 de Abril de 1859.

POLYDORO DA FONSECA QUINTANILHA JORDÃO,

Brigadeiro Director.

**Mappa dos individuos alistados no exercito durante o anno de 1858,
conforme os mappas parciaes existentes.**

PROVINCIAS	PRAÇAS QUE TENDO CONCLUIDO SEU TEMPO DE SERVIÇO CON- TRACTÁO-SE NOVAMENTE.	ENGAJADOS	VOLUNTARIOS	RECRUTADOS	SOMMA
Côrte.....	49	107	39	195
Rio de Janeiro.....	1	103	104
Espirito Santo.....	1	5	3	9
Bahia.....	25	51	87	163
Sergipe.....	2	11	47	60
Alagoas.....	2	6	53	61
Pernambuco.....	32	..	15	142	189
Parahyba.....	14	68	82
Rio Grande do Norte.....	2	16	18
Ceará.....	7	62	100	169
Maranhão.....	30	40	69	139
Piauhy.....	21	42	41	104
Pará.....	27	57	120	204
Amazonas.....	3	15	50	68
Goyaz.....	11	26	16	53
Matto-Grosso.....	38	16	15	69
Minas-Geraes.....	14	27	100	141
S. Paulo.....	6	8	35	49
Paraná.....	1	1	26	28
Santa Catharina.....	1	15	14	30
S. Pedro do Sul.....	165	163	160	488
Total.....	435	684	1304	2423

Quartel-general do exercito na côrte, 31 de Março de 1859.

CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA,
Coronel-Assistente, chefe da 2ª secção.

Mappa do Movimento dos Doentes do Hospital Militar da Guarnição da Côrte em o anno de 1858.

MEZES	ENTRÃO			SAIRÃO			EXISTEM	VENCIMENTOS	Observações.
	Existião	Entrão	Total	Curados	Mortos	Total			
Janeiro...	169	330	499	299	10	309	...	5,732	O num. dos doentes tratados está para os dos mortos na razão de cem para 4 $\frac{2452}{3387}$.
Fevereiro...	...	186	186	200	10	210	...	4,686	
Março....	...	228	228	191	10	201	...	5,526	
Abril.....	...	242	242	237	16	253	...	5,440	
Maió.....	...	427	427	322	18	340	...	7,102	
Junho....	...	305	305	329	18	347	...	7,462	
Julho.....	...	261	261	267	16	283	...	6,937	
Agosto....	...	263	263	256	14	270	...	6,762	
Setembro...	...	273	273	255	15	270	...	6,397	
Outubro...	...	242	242	230	10	240	...	6,397	
Novembro...	...	220	220	226	9	235	...	5,886	
Dezembro...	...	241	241	228	14	242	...	5,778	
Somma..	169	3,218	3,387	3,040	160	3,200	187	74,105	

Hospital Militar da Guarnição da Côrte, 4 de Janeiro de 1859.

O Escrivão,
JOSÉ LUIZ DO COUTO CAU.

**Mappa estatístico dos crimes militares julgados em ultima instancia pelo Conselho Supremo Militar de Justiça
em o anno de 1858.**

CRIMES.	NÚMEROS DOS RÉOS.					PENAS A QUE FORÃO SENTENCIADOS EM 1ª INSTANCIA.										PENAS A QUE FORÃO SENTENCIADOS EM ULTIMA INSTANCIA.									
	EXERCITO		ARMADA		JUSFIÇA	TOTAL.								TOTAL.											TOTAL.
	Officiaes.	Praças de pret.	Officiaes.	Marinhagem e praças de pret.			Absolvidos.	Prisão temporaria.	Prisão perpetua.	Morte.	Passado para a 1ª linha.	Não tomão conhecimento por incompetencia do conselho de guerra.	Suspensão temporaria de commando.		Absolvidos.	Prisão temporaria.	Prisão perpetua.	Morte.	Prisão temporaria e expulsão do serviço.	Julgado nullo por falta de formulas legais.	Passado para a 1ª linha.	Perdoado por indulto.	Julgado nullo por incompetencia do conselho de guerra.	Não tomão conhecimento por incompetencia do conselho de guerra.	
Abandono de posto	1	2	3	1	2	3	1	1	1	3
Abandono de posto e morte.	3	3	1	2	3	1	2	3
Abuso de autoridade.	1	1	1	1	..	1	1
Censurar actos dos superiores	1	1	1	1	1	1
DESERÇÕES { 1ª e 2ª simples.	380	..	20	35	435	4	430	1	435	3	429	1	1	1	..	435
Aggravadas.	202	1	203	1	201	1	..	203	1	201	1	203
Desobediencia	1	7	8	1	7	8	..	8	8
Desordem.	1	1	1	1	..	1	1
Embriaguez.	1	1	..	1	1	..	1	1
Extorsão	1	1	1	1	1	1
Fallar mal de seus superiores	2	2	..	2	2	..	2	2
Falta de cumprimento de deveres	1	1	1	1	1	1
Ferimentos	7	..	3	1	11	2	5	2	2	11	2	7	1	1	11
Ferimento e embriaguez.	1	1	1	1	1	1
Fuga de presos	28	28	10	17	..	1	28	12	16	28
Fuga estando a cumprir sentença.	4	4	..	3	..	1	4	..	4	4
Furto.	3	1	4	3	1	4	3	1	4
Insubordinação	1	25	..	1	1	28	16	12	28	14	14	28
Insubordinação e embriaguez	1	1	..	1	1	..	1	1
Insubordinação e ferimento	1	..	1	..	1	1	..	1	1
Malversação.	1	1	1	1	..	1	1
Máo comportamento	1	1	1	1	1	1
Morte.	11	..	2	..	13	4	9	13	..	2	8	3	13
Seduzir praças do destacamento.	1	1	..	1	1	..	1	1
Tentativa de morte.	1	1	..	1	1	..	1	1
	9	679	1	27	39	755	46	687	6	13	1	1	1	755	41	695	9	4	1	1	1	1	1	1	755

Mappa demonstrativo dos trabalhos da Secretaria do Conselho Supremo Militar, e de Justiça, durante o anno de 1858.

Repartições donde foram recebidos,
e para onde foram remettidos.

Repartições donde foram recebidos, e para onde foram remetidos.		Registo de decretos recebidos.		Registo dos nomes no alphabeto dos individuos a quem os mesmos se referem.		Extractos dos mesmos no Livro de Entradas dos papéis remetidos ao Tribunal.		Registo de portarias recebidas.		Registo dos nomes no respectivo alphabeto.		Extractos das mesmas no Livro de Entradas.		Registo das sentenças dos processos remetidos ao Tribunal.		Registo dos nomes no respectivo alphabeto.		Extractos dos mesmos no Livro de Entradas.		Registo das sentenças dos processos julgados pelo Tribunal.		Extractos das mesmas no Livro de Sahidas dos papéis expedidos pelo Tribunal.		Patentes que subirão á Imperial Assignatura.		Registo das mesmas.		Registo dos nomes no respectivo alphabeto.		Relações nominaes que acompanhão as mesmas quando sobem á Imperial Assignatura.		Registo das mesmas.		Apostillas lançadas em patentes.		Registo das mesmas.		Registo dos nomes no respectivo alphabeto.		Consultas e officios remetidos pelo Tribunal.		Copias das mesmas em original para o archivo da casa.		Registo das mesmas.		Registo dos nomes no respectivo alphabeto.		Extractos das mesmas no Livro de Sahidas.		Registo das resoluções de consulta.		Portarias expedidas pelo Tribunal.		Registo das mesmas.		Registo dos nomes no respectivo alphabeto.		Provisões expedidas.		Registo das mesmas.		Registo dos nomes no respectivo alphabeto.		Extractos das mesmas no Livro de Sahidas.		Certidões que se passarão a requerimento de partes.		Despachos lançados no Livro da Porta.		Registo das contas das despesas da Secretaria.		Registo dos pontos mensaes dos empregados da Secretaria.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Secretarias d'Estado	Da Guerra.	90	262	90	140	182	140	678	732	678	682	682	299	299	299	36	36	121	121	121	68	68	68	82	68	34	13	13	13

Resumo.

Decretos registados	119	Transporte.	5,068
Extractos no Livro de Entradas.	119	Copias das mesmas.	100
Portarias registadas	246	Registo das mesmas.	100
Extractos no Livro de Entradas.	246	Extractos no Livro de Sahidas.	100
Processos registados.	746	Registo de resoluções.	65
Extractos no Livro de Entradas.	746	Portarias expedidas.	19
Sentenças registadas.	750	Registo das mesmas.	19
Extractos no Livro de Sahidas.	750	Provisões expedidas.	13
Patentes.	432	Registo das mesmas.	13
Registo das mesmas.	432	Extractos no Livro de Sahidas.	13
Relações das mesmas.	61	Certidões.	52
Registo das mesmas.	61	Despachos no Livro da Porta.	957
Apostillas.	130	Registo de contas de despeza.	8
Registo das mesmas.	130	Registo de pontos.	12
Consultas e officios.	100	Nomes nos competentes alphabetos.	2,453
	5,068		8,692

s diversos hospitaes e enfermarias militares do municipio da Côrte e mais provincias do Imperio
eiro ao ultimo de Dezembro do anno de 1858.

[illegible]

Observações.

Tratados nos hospitais e enfermarias militares do Império durante o anno proximo passado 12.891 doentes, dos quaes sahirão curados 11.232; succumbirão 388, e ficaram existindo 1.264. As moléstias que mais predominaram fora as externas agudas; e seguem-se depois as agudas dos orgaos thoracicos, as syphiliticas, as febres intermittentes, as febres typhoides, as febres typho-typhoides, as febres exanthematicas, as febres dos orgaos abdominaes, as febres diversas, as moléstias chronicas dos orgaos thoracicos, as nervosas, a febre amarella, as agudas do apparelho cerebro-spinal, e finalmente a cholera-morbus. As classes de moléstias que derão lugar a maior numero de victimas foram das chronicas dos orgaos thoracicos, as exanthematicas, as agudas dos orgaos abdominaes, as agudas dos orgaos thoracicos e a febre amarella; as demais moléstias foram victimas productivas. Vê-se das moléstias chronicas dos orgaos thoracicos, que quasi que sempre de causa de tuberculos pulmonares, hypertrophias de coração e de hypertrophicidades, moléstias em geral, incuraveis, o que explica o maior numero de obitos nesta classe.

Os dados que teve esta secretária relativamente aos detalhes de operações cirúrgicas (foram dados pelo Hospital Militar da Corte, ali se praticaram 26 operações de alta cirurgia, não entrando neste número diversas outras operações de pequena cirurgia, a saber: 1 extração de um lipoma; 1 redução de luxação do humerus; 1 redução e aparelhagem de fratura da clavícula esquerda; 2 dilatações de antrizes; 2 dilatações de lúpus; 7 operações de fistula de anus, todas por incisão; 1 operação

de fissura lacrimal pelo processo de Velpau; 1 redução e aparelho de fratura de humerus; outra do fêmur; 1 uma outra do colço do fêmur; 1 arrancamento de polipo mucoso da fossa nasal; 1 operação de phymosis; 1 de taxis descoberta; 1 amputação pela contusão da segunda articulação metacarpo-falangeana direita; 3 hidroceles, e varias dilatações de trajetos fistulosos.

Nos diversos casos de operações foi empregado o chloroformio com feliz resultado.

Durante o período do anno passado não reinou na corte, e nem nas provincias consta ter reinado molestia alguma com caracter epidemico, apesar das frequentes irregularidades thermometricas, barometricas, hygrometricas e electricas da atmosphera.

Neste mappa não são contempladas as provincias do Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Bahia, Goyaz e Mato Grosso, por não terem sido enviados dellas os annuos parçes até esta data.

A provincia do Rio Grande do Sul não vai neste mappa com todos os doentes militares ali tratados, por não terem chegado em tempo competente os mappas das enfermarias das fronteiras mais longinquo da capital.

A diferença que se nota neste mappa relativamente aos doentes que passaram do anno de 1857 para o de 1858, e devida a terem vindo os mappas parciaes das provincias incompletos.

CONTADORIA GERAL DA GUERRA.

TERCEIRA SECÇÃO.

Relação de 378 processos de divida de exercios findos liquidados por esta secção, desde 26 de Fevereiro de 1858 até 31 de Janeiro do corrente anno.

2136	Francisco de Araujo Galvão.	327000
2141	Antonio Maria Coelho.	5407000
2143	Trajano Antonio de Almeida	\$
2158	Feliciano Antonio Falcão (hoje seus herdeiros)	567667
2250	Manoel Nicoláo Regueira Pinto de Souza.	197200
2252	Antonio Germano Regueira Pinto de Souza.	127000
2253	Antonio Germano Regueira Pinto de Souza.	117320
2295	Custodio José da Silva.	177012
2365	José Joaquim da Rocha.	17017
2369	Francisco Mariano de Miranda.	57180
2371	Hipolyto da Silva	\$
2378	Francisco Duarte Rangel Pecanha.	137640
2437	Anacleto Ferreira Porto.	1:6107880
2440	João Rodrigues de Almeida.	417000
2559	Domingos José Alves da Cunha	\$
2568	Herdeiros do finado Antonio José Guimarães	417733
2587	Frederico Konech	3777242
2588	Frederico Prichart e Carlos Barão de Keldem.	2847000
2589	Vicente José Ferreira	277360
2590	Bernardino Vieira Rabello.	97630
2591	Felippe de Santiago.	167560
2592	Pedro Bernardino de Moura	97255
2594	Dr. João Florindo Ribeiro de Bulhões.	1447166
2607	Pedro Amancio.	207546
2608	Rita Maria da Conceição	97199
Somma		3:2997607

	Transporte.	3:2997607
2639 Francisco José da Silva		197320
2640 Anna Rita da Conceição		\$
2648 Manoel Seixo de Brito		307000
2656 João Maria Petra Bittencourt		347800
2657 Joaquim Mendes da Cunha Azevedo		2257000
2662 Francisco de Paula e Silva		1947649
2663 Domingos José Marques de Oliveira		347000
2687 Cosme José da Cruz		247372
2689 José Francisco Goes		\$
2690 João de Santa Anna Rocha		237812
2694 Mathias Joaquim Vianna		\$
2786 Laurentino Coelho		317876
2787 José Simplicio Melonio		307276
2797 Dionysio Silvestre da Silva		207080
2798 Corpo de guarnição fixa de S. Paulo		87640
2799 Antonio Ferreira de Oliveira		\$
2800 Manoel Joaquim de Miranda		157374
2804 Manoel Francisco Leão		65790
2813 Manoel Francisco do Nascimento		47260
2824 Bernardino José de Carvalho		907540
2828 Dr. Jeronymo Lopes de Barros		577840
2834 Paterniano Jasson de Lemos		107941
2835 Frederico Antonio Nina		537992
2842 D. Domingas Maria da Conceição		517333
2843 Antonio Francisco 2º		77873
2844 Aristides Duarte Carneiro da Cunha e Gama		107151
2845 José Caetano Feitosa		107453
2846 José Pereira Santiago		107453
2847 Joaquim Gomes dos Santos		267161
2848 Manoel Francisco Lopes		107453
2849 Thiago Olympio de Paula Moreira		27060
2850 Vicente Isidro do Rosario		17002
2851 José Lasaro de Carvalho		417992
2852 Mariano Ramos de Mendonça		207384
2853 José Maria do Nascimento		147400
2858 Antonio Pereira Brandão		\$
2933 Coriolano de Castro e Silva		307400
2934 José Joaquim Capistrano		347944
2937 Augusto Leal Ferreira		497920
2938 Carlos de Moraes Camisão		27000
2939 Mathias Frederico de Moraes Baptista		\$
2941 Domingos Vaz Vieira		117282
2943 José Ignacio da Silva 1º		497700

Somma. 4:6607130

Transporte. 4:660\$130

2960	José Lauriano Bentes	2\$444
2973	Antonio Ribeiro de Araujo	27\$915
2995	João Antonio Leitão.	9\$600
2998	Empresa da navegação Santa Cruz (Bahia)	282\$400
3005	Abrahão Moreira Barbosa	9\$525
3016	Antonio Germano Soares	\$
3022	Francisco José Gonçalves Vieira	511\$232
3023	Lins Antonio de Oliveira	31\$850
3024	Christovão Lopes Portella	12\$000
3026	Generoso Maria Proença	64\$182
3030	Manoel Isidoro do Nascimento.	6\$980
3031	Antonio Francisco de Souza Magalhães	76\$666
3032	José Vasques da Cunha e Couto	\$
3033	José Baptista de Lima	\$
3034	Antonio Rodrigues de Lima	\$
3035	Domingos Gonçalves de Almeida	\$
3036	Joaquim Antonio de Souza Moreira	\$
3037	Miguel Pereira	20\$168
3042	João Nunes Pinto	3\$990
3043	Manoel Joaquim do Nascimento	5\$026
3044	José Francisco Marques.	\$
3045	Francisco Antonio Tubarão	3\$401
3047	José Pereira de Mesquita	41\$120
3048	Dr. Salustio Pereira de Carvalho.	8\$800
3049	Adriano José Pinheiro.	25\$800
3050	Guilherme Herculano de Medeiros	72\$000
3057	Francisco Antonio da Rocha Medrado.	42\$000
3067	Antonio José de Souza.	70\$013
3068	José Ignacio da Conceição.	33\$138
3069	José Maria do Espirito Santo	\$
3073	João José da Silva Theodoro	12\$000
3074	Antonio Teixeira Lopes Guimarães	29\$000
3075	Joaquim José Ramos	25\$962
3076	João Maximiano de Castro Bahia.	39\$202
3077	José d'Araujo Costa.	31\$618
3083	Joaquim Ramos.	\$
3088	Dr. Jeronymo Borges de Barros	14\$880
3097	João Francisco Regis	12\$266
3098	Manoel Rodrigues da Costa.	8\$690
3099	Joaquim Francisco de Moura	29\$282
3100	José Francisco da Cruz.	23\$672
3103	Sebastião José Ferreira.	12\$390
3107	Francisco Luiz da Trindade e Souza.	46\$200

Somma. 6:305\$542

	Transporte.	6:305542
3108 José Francisco Alves de Lima.		39\$902
3112 D. Umbelina Joaquina Lima		50\$000
3113 Manoel Vaz.		10\$378
3119 Luiz Vicente Vianna		22\$400
3120 Manoel Francisco de Souza.		28\$000
3121 Candido José Ferreira Alvim Junior.		76\$751
3131 Manoel Joaquim Pedreira Sampaio.		12\$900
3139 Pedro Luiz Paes de Carvalho		175\$680
3140 Manoel José da Silva		22\$320
3141 Joaquim José Coelho		42\$390
3143 Raymundo José Rodrigues.		13\$361
3154 Luciano José da Silva		5\$850
3155 Gilceno Alves da Silva.		3\$445
3156 Firmino Barroso d'Oliveira		3\$900
3157 José Maria Puga.		15\$665
3158 Florentino José d'Oliveira		2\$405
3159 Saturnino Portella		2\$905
3160 Manoel João Cardoso		7\$410
3162 Felipe José de Menezes		41\$580
3164 Propicio José Rodrigues de Carvalho.		174\$947
3166 José Estacio de Lima Brandão.		8\$000
3167 Conselho economico do 7º batalhão de infantaria		433\$920
3168 Conselho economico do 3º regimento de cavallaria.		765\$600
3173 José Antonio de Mendonça		95\$333
3174 Sebastião Lopes da Fonseca		\$551
3179 Dominges Luiz Ferreira		93\$705
3196 Francisco José Gonçalves Vieira		32\$500
3197 José da Costa Carvalho.		22\$000
3198 Estevão Luiz Simões		7\$000
3199 José da Costa Carvalho.		27\$000
3200 Antonio Duarte Gonçalves.		122\$695
3202 Repartição das Obras publicas provinciaes de Pernambuco.		1:629\$000
3203 José Severino Cavalcanti de Albuquerque.		69\$000
3206 João Carneiro Machado Freire.		28\$755
3207 Benedicto Antonio da Silva		76\$665
3208 Bernardo da Rocha Bastos.		21\$683
3212 Clara Nepomuceno Prates		57\$142
3218 Padre Lourenço Carneiro Ribeiro de Brito		140\$000
3226 José Pacheco Sobrosa		12\$800
3227 Joaquim José Nunes Paes.		100\$000
3228 José Pedro dos Santos & Irmão.		180\$000
3229 Joaquim d'Almeida Semeão.		12\$200
3230 João Ribeiro Pontes Junior e Manoel Antonio Ribeiro.		464\$000

Somma. 11:456\$380

	Transporte.	11:4563380
3231 D. Maria da Anunciação e Sá		150\$000
3232 Raymundo Manoel Pinto		12\$849
3233 Santa Casa da Misericórdia do Maranhão.		68\$000
3234 Firmino Francisco Xavier.		93\$900
3239 Pedro Joaquim dos Santos.		52\$200
3243 João Florencio Gonçalves		9\$090
3244 Macrino Leocadio Ferreira da Silva		30\$503
3245 Antonio Coelho de Souza		241\$263
3247 Joaquim Alves de Pinho		135\$450
3248 José Pedro dos Santos		850\$854
3249 Manoel da Rocha Miranda.		94\$650
3253 João da Silva Mendes		85\$101
3265 D. Umbelina Leal Ferreira Monteiro e seus filhos menores.		465\$908
3267 Antonio da Silva Duarte		168\$720
3269 Joaquim de Souza Ferreira		354\$000
3273 Antonio Victor da Silva		\$
3276 José Baptista Prestes		110\$200
3277 Claudino de Senna Rosa		25\$512
3293 Ignacio José Dias & C.		335\$870
3294 Francisco José Belfort		25\$000
3296 Manoel da Rocha Miranda		97\$805
3297 Dr. Thomé Fernandes Madeira de Castro		50\$000
3298 Antonio Pereira Ramos.. . . .		30\$600
3299 João Ribeiro Pontes Junior.		267\$234
3300 João Ribeiro Pontes Junior.		44\$709
3301 Torquata da Cunha Silva Gonçalves		72\$000
3302 Derculina Rosa Linhares Ribeiro.		72\$000
3304 Dr. Americo Marques de Santa Rosa.		111\$066
3310 Ignacio Leopoldino de Andrade.		11\$846
3318 Antonio Carneiro da Silva e Oliveira		268\$666
3323 José Henriques de Assis.		39\$430
3325 José Francisco 1º.		
3326 Damião Henrique de Carvalho		11\$415
3329 José Pinto das Neves.		38\$646
3330 Clementino Gonçalves Coelho.		378\$000
3331 José Guilherme Romano		178\$576
3334 Manoel do Espírito Santo.		
3337 C. Starr & Cº		267\$660
3338 Manoel da Ressurreição d'Oliveira Sobral.		26\$200
3340 Manoel Joaquim Guedes.		217\$100
3341 Martinho Vieira da Cruz		17\$755
3345 Antonio Carvalho da Silva e Oliveira		14\$000
3348 Antonio Victor de Sá Barreto.		81\$600

Somma. 17:061\$758

Transporte. 17:061\$758

3350	Eusebio Marques da Silva Páo Brasil.	9\$114
3351	Companhia da Navegação do Amazonas	4:034\$701
3352	José Maria Cyriaco Ribeiro.	144\$000
3354	Marcolino Alves Pontes	13\$831
3355	Simão Francisco da Silva	27\$302
3356	Josepha Rufina de Castro Carvalho	242\$000
3357	Manoel Martins Burity.	41\$719
3358	Leopoldo Ramos Cedro.	44\$677
3373	Emilio Luiz Mallet.	7:044\$334
3376	Placido Fialho d'Oliveira Ramos.	104\$740
3379	Manoel dos Santos.	53\$960
3392	Clemente José Ferreira.	25\$285
3394	Joaquim Victorino de Souza Cabral.	2:058\$959
3395	José Joaquim Romão d'Almeida.	103\$064
3396	Manoel José Moreira	16\$000
3397	Estevão Antonio Gonçalves.	87\$340
3400	Thesouraria Provincial da Bahia.	186\$450
3403	Velocino de Almeida Lessa	376\$312
3404	Sinphronio Ferreira de Barros	222\$300
3405	Joaquim de Moncorvo	12\$000
3406	João Pacheco Amora	279\$680
3407	Sabino Domingues Maia	89\$040
3408	Raymundo João de Lemos.	21\$760
3409	Silva Junior & Irmão	57\$600
3410	Joaquim Raymundo da Silva Dourado.	27\$600
3411	Luciano Luiz da Silva	51\$520
3412	Antonio José Ferreira.	26\$400
3413	Benedicto Miguel	21\$120
3414	Francisco de Salles.	6\$000
3415	João Antonio Alves.	53\$600
3416	João Ribeiro Pontes Junior.	228\$000
3417	Ferreira & C.	58\$320
3419	Antonio Augusto de Barros e Vasconcellos	39\$000
3420	Maria Josephina Vianna	12\$000
3421	Carlos Cyriaco Radiche.	5\$140
3422	Joaquim Alvares de Freitas	33\$138
3423	Bernardo Pereira do Carmo Junior	63\$898
3424	João Fernandes Parente Vianna	36\$000
3425	Christiano Manoel de Sá	264\$000
3426	Anna de Araujo Trindade.	30\$500
3427	Jesuino Antonio da Silveira	44\$898
3428	Guilherme Pinto de Souza.	113\$800
3429	Antonio dos Santos Alves do Prado Lima.	300\$000

Somma. 33:771\$957

Transporte. 33:771\$957

3430	Monteiro & Irmãos.	217\$000
3431	Zeferino Affonso Taborda.	126\$000
3432	João Vieira d'Aguiar	47\$200
3435	Dr. Antonio da Silva Deiró.	125\$283
3436	Dr. Francisco Antonio d'Azevedo.	163\$550
3437	Antonio Maria da Encarnação.	12\$000
3438	Manoel Lopes da Camara.	22\$772
3439	Manoel Joaquim de Souza.	44\$494
3440	Jacintha Maria d'Azevedo	12\$000
3441	Maria Rosa Corrêa.	11\$880
3442	Raymundo Pereira de Souza	117\$364
3443	Horacio de Gusmão Coelho.	9\$840
3444	José Francisco da Silva	50\$000
3445	Antonio Nunes de Aguiar.	150\$000
3446	Miguel de Frias e Vasconcellos.	150\$000
3447	Quirino de Lara Ribas.	259\$080
3448	Anna Maria de Jesus.	99\$600
3449	José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça	216\$666
3450	Manoel Bento de Andrade.	55\$000
3451	Dr. Luiz da Silva Flóres	120\$000
3453	Anna Maria Peixoto.	15\$000
3454	Martinho Antonio de Miranda Ribeiro.	162\$300
3455	Querino de Lara Ribas.	80\$994
3457	Dr. José Antonio de Freitas Junior	107\$100
3458	Joaquim Luiz Gomes	12\$000
3459	Manoel Estacio Ferreira Campos.	345\$500
3460	Manoel Nasianzens de Freitas.	269\$120
3461	Dr. Rodrigo José Mauricio.	22\$133
3463	Innocencio Velloso Pederneiras	87\$773
3464	José dos Santos Corrêa.	38\$160
3465	Antonio José Caiado.	67\$742
3466	José Rodrigues Ferreira	168\$800
3467	Antonio de Castro Vianna.	21\$000
3468	Belisario Ernesto Pinto.	9\$360
3470	A administração das rendas provinciaes do Espirito Santo.	43\$300
3471	Francisco Galvão de Barros França	336\$000
3472	Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá	47\$777
3480	José Rodrigues Ferreira	218\$600
3481	Joaquim José Lourenço da Trindade.	67\$676
3482	Felisarda Maria de Jesus	12\$000
3483	José da Silva Saraiva	300\$000
3484	José Vieira da Silva.	190\$780
3485	Demetrio Raymundo Maria de Oliveira.	68\$220

Somma. 38:473\$021

	Transporte.	38:473 0 21.
3486	Joaquim Manoel Bellota Junior	89\$997
3487	Cesario Alves Monteiro.	3\$680
3487 a	Manoel de Campos Leite Penteado	216\$000
3488	Manoel Pires dos Santos	14\$740
3489	Raymundo José de Souza Lobo	132\$008
3491	João Alves Carneiro	202\$710
3492	Horacio da Gama Moret	408\$400
3395	Gervasio Antonio do Rego.	6\$540
3496	Hilario José Francisco dos Santos.	12\$000
3498	Dr. Agostinho José da Costa Figueiredo	385\$880
3499	Antonio Barroso de Carvalho	89\$354
3500	José Maria de Oliveira.	133\$174
3501	Lucano de Paula Barros	41\$732
3502	João Paulino de Souza.	43\$762
3503	Francisco Zabulon d'Almeida Pires	23\$120
3505	Adão Borges da Silva	8\$000
3506	Francisco Gonçalves d'Arruda.	25\$000
3508	Manoel Pereira Paiva	12\$000
3509	José Maria de Sant'Anna	17\$755
3510	Antonio de Moraes Silva	12\$000
3511	Joaquim Alves de Pinho	170\$180
3512	Dr. Laurindo José da Silva Rabello.	12\$000
3513	Maria Bernardina de Senna.	12\$000
3514	João da Cunha Moreira Alves	20\$168
3515	Joaquim José da Costa	20\$168
3516	José Manoel.	20\$168
3517	Manoel Joaquim de Sant'Anna.	7\$198
3518	José Bonifacio de Andrade Vandelly	20\$000
3519	Claudino de Hollanda Cavalcanti	20\$168
3520	Alexandre Fernandes de Magalhães Bastos.	20\$168
3521	Augusto Leverger	135\$750
3522	Guilherme José.	20\$168
3523	Joaquim Miguel do Amaral.	20\$168
3524	Manoel Vicente do Nascimento.	20\$168
3525	José Hippolyto da Silva.	7\$338
3526	José Muniz de Camargo.	14\$010
3527	Anna Maria Lopes	12\$000
3528	João Francisco Ferreira.	12\$000
3529	José Maria de Paiva e Silva.	12\$000
3531	José das Chagas Aciol	31\$026
3532	Francisco Antonio da Cunha	16\$122
3533	João dos Santos Mercês	18\$480
3534	Fortunato José de Sant'Anna	62\$514

Somma. 41:054~~7~~835

Transporte. 41:0547835

3536	Francisco Martins Bonilha	48\$000
3537	Padre João Cardoso de Menezes e Souza	208\$000
3539	Joaquina Rosa Mamede da Silva	8\$000
3540	Barão de Jaguarary.	233\$333
3541	Frederico Belmont de Brochenhans	62\$000
3543	Bruno Antonio de Barros	83\$350
3544	José Rodrigues da Costa.	20\$168
3545	José Rodrigues Ferreira.	129\$600
3547	Joaquim Mauricio Ferreira.	154\$000
3550	Alexandrino de Mello Alencar.	35\$000
3551	Cassiano Pacheco de Assis.	\$
3552	Bernardo Francisco d'Aguilar Montarroyos.	25\$000
3553	José Antonio Bittancourt	59\$638
3554	Raymundo Claro Gomes	26\$885
3555	Francisco Machado Moreira.	20\$168
3557	Domingos Eleuterio Jacques	33\$414
3558	Antonio Carlos de Vasconcellos Coimbra	12\$000
3559	Christiano Pereira d'Azevedo Coutinho	97\$000
3560	Felicio Alves de Araujo	16\$665
3562	Antonio Martinho Benevides	3\$100
3565	Francisco Lopes Teixeira e Souza	27\$381
3566	Francisco Caetano Madeira.	20\$168
3567	Antonio José Cesar.	37\$965
3568	João Pedro Nagel	23\$800
3569	João Rodrigues Ferreira de Carvalho	59\$958
3570	Manoel Agostinho da Silva Moreira	60\$000
3571	Francisco de Siqueira Queiroz.	42\$333
3572	João Antonio Teixeira de Azevedo	9\$540
3573	Joaquim José de Sant'Anna.	20\$080
3574	Florentino José Pereira.	107\$878
3575	Manoel José da Silva Junior.	35\$055
3576	Francisco Valerio da Costa.	181\$810
3577	Paulino José de Mello	89\$900
3578	Antonio Manoel.	36\$151
3579	Laurentino José Gonçalves.	88\$000
3580	Galdino Januario Dias.	12\$000
3581	Maria Antonia Ramos	11\$880
3582	Manoel José de Araujo Filho	12\$000
3583	Innocencio de Menezes de Vasconcellos Drummond	12\$000
3585	Maria Josephina.	11\$880
3585 a	Candido Ferreira	24\$948
3586	Jannuarina Maria de Castro	12\$000
3587	Antonio Pinheiro	28\$148

Somma 43:295\$031

		Transporte.	43:295#031
3588	Valentim José Barbosa..		52#666
3589	Antonio Carneiro da Silva e Oliveira		60#000
3590	Manoel Antonio Ribeiro.		32#000
3591	Alzera Adelaide de Araujo Oliveira Lobo		12#000
3592	Anastacia Cyrilla.		10#000
3593	Pedro Antonio da Silva Junior.		4#800
3594	Francisco Xavier das Chagas		12#180
3595	Ignacio Nunes Valerio		28#908
3596	José Carvalho de Araujo Cavalcanti Junior		11#396
		Somma.	<u>43:528#981</u>

Terceira secção da contadoria geral da guerra, em o 1º de Fevereiro de 1859.

O chefe,

JOÃO ALVES DE ARAUJO.

Relação dos empregados da contadoria geral da guerra.

EMPREGOS.	NOMES.	ORDENADOS.	GRATIFICAÇÃO.
Contador geral.	José Antonio de Callazans Rodrigues . . .	3:000\$000	600\$000
Chefes de secção	José Rufino Rodrigues Vasconcellos . . .	2:000\$000	
	José Maria Bomtempo	2:000\$000	
	João Alves de Araujo	2:000\$000	
Primeiros escripturarios.	Brasiliano Cesar Petra de Barros	1:600\$000	
	Eduardo Carlos Cabral Deschamps	1:600\$000	
	Francisco Augusto de Lima e Silva.	1:600\$000	
Segundos ditos.	Antonio Joaquim Pinheiro de Carvalho . . .	1:200\$000	
	José Joaquim das Trinas	1:200\$000	
	Lino José de Souza	1:200\$000	
	Luiz Manoel Antonio Teixeira.	1:200\$000	
	José Ferreira de Paiva	1:200\$000	
	Vago.	1:200\$000	
Terceiros ditos.	Candido Mariano Rodrigues.	800\$000	
	Estevão Joaquim José Pereira Guimarães. . .	800\$000	
	Bento Luiz Gomes Pereira.	800\$000	
	Luiz Paulo dos Santos Macedo Ayque.	800\$000	
	Jesuino José Victorino de Barros	800\$000	
	Manoel Ignacio da Rocha.	800\$000	
Quartos ditos.	José Ignacio Dias	600\$000	
	José Albano Fragoso Filho	600\$000	
	Thomaz Paes Ribeiro	600\$000	
	José Alves Visconti Coaracy.	600\$000	
	Modesto Benjamim Lins de Vasconcellos . .	600\$000	
	Vago.	600\$000	
Praticantes.	José Coelho da Costa Motta	360\$000	
	Carlos Rodrigues Gambôa	360\$000	
	Antonio Francisco Moreira de Queiroz. . .	360\$000	
	Diogenes Cesar de Lima e Silva.	360\$000	
	Luiz Ferreira da Paixão.	360\$000	
	Vago.	360\$000	
Cartorario.	Vago	600\$000	200\$000
Ajudante do dito.	Augusto Ferreira de Andrade	480\$000	
Porteiro.	Paulo Maria da Fonseca	600\$000	
Ajudante do dito.	Francisco Barbosa da Silva	480\$000	
Continuos.	Isidoro Maria da Fonseca	360\$000	
	Francisco Antonio de Queiroz	360\$000	
Addidos.	Gabriel Henriques Pessôa.		960\$000
	José Joaquim da Fonseca	1:600\$000	\$
	Hermogenes Adolfo de Mello.		\$
	Diogo Duarte da Silva Luz		\$
	José Rufino Rodrigues Vasconcellos Junior		240\$000

Observação.— O addido José Joaquim da Fonseca é almoxarife pagador da fabrica da polvora. Terceira secção da contadoria geral da guerra, 14 de Abril de 1859.

O chefe JOÃO ALVES DE ARAUJO.

Relação dos empregados e addidos da pagadoria das tropas da côrte e seus vencimentos.

EMPREGOS.	NOMES.	VENCIMENTOS.		TOTAL.
		Ordenado.	Gratificação.	
Inspector.	Luiz Cesar de Atayde.	2:400\$000	800\$000	3:200\$000
Primeiro official.	João Lucio de Souza Valente.	1:200\$000	1:200\$000
Segundos officiaes.	João Caetano da Silva Gomes	1:000\$000	1:000\$000
	José Apollinario de Mattos	1:000\$000	1:000\$000
Pagador.	Domingos José Alvares da Fonseca	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Amanuenses.	Theotonio Nery da Silva Junior	480\$000	120\$000	600\$000
	José Maria de Paiva e Silva.	480\$000	120\$000	600\$000
	Balduino Gomes de Castro Paiva.	480\$000	120\$000	600\$000
Fiel do pagador.	Antonio José Alvares da Fonseca.	600\$000	600\$000
Addidos.	José Francisco de Siqueira	600\$000	600\$000
	Antonio Carlos de Azevedo Coimbra.	432\$000	432\$000
	Francisco de Araujo Pereira Couto	432\$000	432\$000
Coadjuvantes.	Candido Pires de Vasconcellos	432\$000	432\$000
	Benjamim Martins de Almeida.	432\$000	432\$000
	Antonio José da Silva Guimarães.	432\$000	432\$000
Porteiro.	Vicente de Araujo Lima.	800\$000	800\$000
Continuo	Antonio Pereira Rangel.	500\$000	240\$000	740\$000

Pagadoria das tropas da côrte, 14 de Abril de 1859.

JOÃO LUCIO DE SOUZA VALENTE, 1º official.

AVISO DE 16 DE MARÇO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Determina que o Conselho de Instrucção proponha o meio de conciliar a execução do Regulamento do 1º do corrente, no que toca ao ensino de chimica marcado no 1º anno da mesma escola.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 16 de Março de 1858.

Em resposta ao seu officio n. 473 de 12 do corrente, em que expõe algumas duvidas que se lhe offerecem sobre o novo Regulamento para as Escolas Militares, do 1º do corrente, declaro a V. S., para seu conhecimento e governo, que devendo os inconvenientes que V. S. observa ter sómente lugar no corrente anno e no seguinte, contando-se com os alumnos que devem vir da Escola preparatoria da provincia de S. Pedro do Rio Grande, cumpre que o conselho de instrucção desse estabelecimento proponha o meio de conciliar a execução pratica do novo Regulamento, no que toca ao ensino de chimica marcado no primeiro anno do curso, e para esse fim distribuirá o dito conselho convenientemente em dias alternados e horas também alternadas em um mesmo dia, o ensino theorico e pratico, devendo designar sómente o numero de lições de physica indispensaveis e quanto bastem para a comprehensão das doutrinas de chimica, cujo numero de lições também fixará, indicando as materias de uma e de outras destas sciencias physicas, que serão ensinadas successivamente pelo mesmo professor.

Deos guarde a V. Ex.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

AVISO DE 16 DE MARÇO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Declara que o desconto, determinado no art. 143 do Regulamento do 1º do corrente, refere-se unicamente aos que recebem o beneficio do soldo de 1º sargento.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 16 de Março de 1858.

Em resposta ao seu officio n. 469 de 10 do corrente, em que expõe que pela letra do artigo 143 do Regulamento do 1º do corrente, lhe parece que aos alumnos em geral que antes mesmo de matriculados já tivessem um soldo igual ao designado no dito artigo, ou maior, se deverá fazer o desconto da 3ª parte, declaro a V. S., para seu conhecimento e governo, que o desconto se refere unicamente aos que recebem o beneficio do soldo de 1º sargento.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

AVISO DE 20 DE MARÇO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

Manda conservar nas aulas da mesma escola os preparadores nellas empregados ; marca-lhes obrigações e vencimentos.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Março de 1858.

Nas aulas de physica, chimica e mineralogia, podem ser conservados os individuos que nellas se achão empregados como preparadores, e desde já terão por encargo coadjuvarem os oppositores, que pelo novo Regulamento das Escolas Militares passam a servir como preparadores das aulas de sciencias physicas e naturaes. A'quelles individuos, que terão a denominação de coadjuvadores, se fará carga de todos os objectos de utensilios, vasilhame eapparelhos proprios do serviço das aulas, e serão responsaveis pela sua boa guarda e conservação. Receberão uma gratificação de cinquenta mil réis mensaes, emquanto bem servirem, e suas nomeações e demissões serão por acto do governo, sob proposta do director, ouvido o respectivo lente. As aulas de physica, chimica e mineralogia terão, desde já, um dos mencionados coadjuvadores. O que declaro a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DE 21 DE MARÇO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

Marca as doutrinas que devem estudar, em um anno complementar, os alumnos da extincta Escola Militar, afim de passarem para a Escola Militar e de Applicação.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 21 de Março de 1858.

Determina S. M. o Imperador que os alumnos militares, que já tiverem as approvações dos quatro annos mathematicos da extincta Escola Militar, estudem na Escola Central em um anno complementar as novas doutrinas das aulas de mineralogia e geologia, e de botanica e zoologia, passando depois de approvados nestas materias para a actual Escola Militar e de Applicação, afim de estudarem nesta o curso militar; assim o communico a V. S. para seu conhecimento e governo, e em resposta ao seu officio n. 6 datado de hontem.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DE 21 DE MARÇO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Declara as doutrinas que devem estudar, na Escola Central, os alumnos militares approvados nos quatro annos da extincta Escola Militar.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 21 de Março de 1858.

Determinando S. M. o Imperador que os alumnos militares, que já tiverem as approvações dos quatro annos mathematicos da Escola Militar, estudem na Central em um anno complementar as novas doutrinas das aulas de mineralogia e geologia, e de botanica e zoologia, passando, depois de approvados nestas materias, para a escola de que é V. S. director, afim de nella estudarem o curso militar, assim lho communico para seu conhecimento e governo.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

AVISO DE 30 DE MARÇO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

Approva a deliberação da congregação dos lentes da mesma Escola acerca de exames de sufficiencia.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 30 de Março de 1858.

Fica approvada a deliberação tomada pela congregação dos lentes dessa Escola de passarem por um exame de sufficiencia nas generalidades das materias ensinadas na aula provisoria que se mandou abrir por aviso de 15 do mez proximo passado, os alumnos que na dita aula se estão habilitando afim de se poderem matricular no segundo anno, exceptuando-se do mesmo exame os alumnos repetentes do segundo anno da extincta Escola Militar; e bem assim o accordo da mesma congregação de serem os alumnos inhabilitados nos exames de sufficiencia matriculados no primeiro anno da Escola Central, o que V. S. trouxe ao conhecimento do governo em seu officio de 27 do corrente, que fica assim respondido.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DO 1º DE ABRIL DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Communica a expedição de ordem ao director da Escola Central para os alferes-alumnos que se destinão a armas scientificas, e estiverem impossibilitados de ali continuarem os seus estudos, serem transferidos para a Escola Militar e de Applicação.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 1º de Abril de 1858.

Previno a V. S., para seu conhecimento e governo, de que nesta data se ordena ao director da Escola Central que faça transferir para essa Escola o alferes-alumno que, destinando-se ás armas scientificas, estiver impossibilitado naquella Escola de continuar o curso respectivo, para se matricular ahi no 1º anno, e seguir a arma de infantaria ou de cavallaria, se se destinava ás de artilharia ou estado-maior, como determina o art. 160 do Regulamento do 1º de Março ultimo que reorganizou as escolas militares do Imperio, devendo acompanhar ao alumno com quem se der o caso de que trata, officio e as respectivas notas escolasticas.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

AVISO DE 7 DE ABRIL DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Declara que os alumnos, praças de pret, inhabilitados em exames praticos, e que ficao praticando, devem continuar a perceber os respectivos vencimentos.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 7 de Abril de 1858.

Respondendo ao seu officio n. 493 de 5 do corrente, perguntando se aos ex-alumnos, praças de pret, que por serem inhabilitados nos exames praticos das respectivas armas, ficavão nessa Escola praticando, deve mandar abonar os mesmos vencimentos do mesmo modo por que se pratica com os alumnos das aulas theoricas, declaro a V. S. que sendo essa Escola destinada, segundo os termos do Regulamento do 1º de Março ultimo, ao ensino theorico e pratico, segue-se que os alumnos que continuarem obrigados ao dito ensino pratico, á vista do que dispõe o art. 28 do mesmo Regulamento, estão comprehendidos na generalidade do art. 143, devendo portanto continuarem a perceber os vencimentos como alumnos.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

AVISO DE 21 DE ABRIL DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

Declara que podem ser nomeados arguentes os lentes que tiverem estudos completos das doutrinas mathematicas.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 21 de Abril de 1858.

Accusando a recepção do seu officio n. 13 de 19 do corrente, cobrindo a proposta do lente dessa Escola, Dr. José Joaquim de Oliveira, sobre se os lentes de sciencias naturaes devem arguir em defesa de these de mathematicas, declaro a V.S., para seu conhecimento e para o fazer constar, que podem ser nomeados para arguentes os lentes que tiverem os estudos completos das doutrinas mathematicas, comprovados por documentos academicos, respondendo assim ao dito seu officio.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DE 26 DE ABRIL DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

*Declara o modo por que se devem habilitar em preparatorios ora exigidos os alumnos que
tenhão o 1º anno da extincta Escola Militar.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 26 de Abril de 1858.

A'cerca da duvida proposta por V. S. em seu officio n. 18 de 23 do corrente, sobre o que cumpre fazer quando um alumno que tendo o primeiro anno da extincta Escola Militar, porém com falta de um ou mais preparatorios ora exigidos para a matricula, pedir ser matriculado unicamente nas aulas preparatorias que não pôde frequentar por incompatibilidade de tempo, para poder frequentar o dito primeiro anno dessa Escola, lhe declaro para seu conhecimento e governo :

1º Que, se o alumno não era obrigado a taes preparatorios quando se matriculou pela primeira vez, e não tiver havido interrupção, será admittido no primeiro anno da Escola Central sem mais exigencia alguma, se se destinar ao curso da arma de infantaria ou cavallaria.

2º Que, se destinar-se aos outros cursos das armas scientificas, é obrigado aos preparatorios, estudando conjunctamente com a aula do 1º anno, se fôr compativel com a distribuição dos tempos, podendo dispensar-se-lhe até dous dias de desenho, se fôr preciso, visto já ter praticado essa materia quando estudou o antigo primeiro anno, não fazendo porém exame da doutrina mathematica sem prévia approvação dos preparatorios.

3º Finalmente, que se o numero de preparatorios que falta ao alumno não podem completar-se no primeiro anno de estudos, sobre o que faltar para o completo se procederá por modo analogo no estudo do dito segundo anno.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DE 26 DE ABRIL DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

Declara o modo por que se devem habilitar em preparatorios ora exigidos os alumnos que tenham o 1º anno da extincta Escola Militar.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 26 de Abril de 1858.

A'cerca da duvida proposta por V. S. em seu officio n. 18 de 23 do corrente, sobre o que cumpre fazer quando um alumno que tendo o primeiro anno da extincta Escola Militar, porém com falta de um ou mais preparatorios ora exigidos para a matricula, pedir ser matriculado unicamente nas aulas preparatorias que não pôde frequentar por incompatibilidade de tempo, para poder frequentar o dito primeiro anno dessa Escola, lhe declaro para seu conhecimento e governo :

1º Que, se o alumno não era obrigado a taes preparatorios quando se matriculou pela primeira vez, e não tiver havido interrupção, será admittido no primeiro anno da Escola Central sem mais exigencia alguma, se se destinar ao curso da arma de infantaria ou cavallaria.

2º Que, se destinar-se aos outros cursos das armas scientificas, é obrigado aos preparatorios, estudando conjunctamente com a aula do 1º anno, se fôr compativel com a distribuição dos tempos, podendo dispensar-se-lhe até dous dias de desenho, se fôr preciso, visto já ter praticado essa materia quando estudou o antigo primeiro anno, não fazendo porém exame da doutrina mathematica sem prévia approvação dos preparatorios.

3º Finalmente, que se o numero de preparatorios que falta ao alumno não podem completar-se no primeiro anno de estudos, sobre o que faltar para o completo se procederá por modo analogo no estudo do dito segundo anno.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DE 8 DE MAIO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Declara que aos lentes e professores que faltão sem causa descontão-se todos os vencimentos, e a gratificação quando a falta é justificada.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Maio de 1858.

Em solução ao seu officio n. 517 de 5 do corrente, pedindo explicações sobre a verdadeira intelligencia do art. 99 do regulamento que baixou com o decreto n. 2,116 do 1º de Março ultimo, declaro a V. S., para seu conhecimento e governo, que, á vista do que dispõe o dito artigo, os lentes e professores que faltarem sem motivo justificado perdem todos os vencimentos, e com causa justificada a gratificação, qualquer que ella seja, sem distincção de ser a de exercicio ou de transporte.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

AVISO DE 17 DE MAIO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

Declara os dias em que devem comparecer os oppositores da mesma Escola.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Maio de 1858.

Em resposta ao seu officio n. 31 de 14 do corrente, consultando se o comparecimento dos oppositores deve ser em todos os dias da semana, ou sómente naquelles em que têm de fazer as conferencias, sabbatinas, ou repetir materias que lhe tenham sido indicadas pelo respectivo lente, declaro a V. S., para seu conhecimento e governo, que obrigatoriamente deverão elles comparecer nos dias de conferencia e aos sabbados, podendo deixar de comparecerem nos outros dias de aula, se o lente do anno lhes não indicar de vespera materias para repetirem nesses dias.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DE 18 DE MAIO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL.

Dispensa, dous dias na semana, a aula de desenho aos alumnos que se habilitarem nas aulas secundarias leccionadas no terceiro tempo.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Maio de 1858.

Em soluçao ao seu officio sob n. 30, e data de 12 do corrente, declaro a V. S., para sua intelligencia e governo, que aos alumnos a quem se houver permittido habilitar-se em qualquer das aulas secundarias, que sãõ leccionadas no terceiro tempo, e que por isso podem complicar por incompatibilidade de hora, com a de desenho, fica extensiva a medida tomada por aviso de 26 de Abril do presente anno, ficando esses alumnos dispensados, até dous dias em cada semana, de comparecer á aula de desenho.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Antonio Joaquim de Souza.

AVISO DE 29 DE MAIO DE 1858.

AO DIRECTOR DA ESCOLA MILITAR E DE APPLICAÇÃO.

Declara que a todos os empregados da mesma Escola, que tiverem ao mesmo tempo ordenado e gratificação, será esta descontada nos dias em que faltarem, qualquer que seja o motivo.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Maio de 1858.

Em solução á duvida de que trata o officio de V. S. sob n. 531, datado de hontem, se os mestres da Escola Militar e de Applicaçãõ estão sujeitos ao disposto no aviso de 8 do corrente mez no que diz respeito ao desconto que devem soffrer por faltas que commetterem, declaro a V. S., para seu governo, que a todos os empregados da Escola que tiverem ao mesmo tempo ordenado e gratificação, será esta descontada nos dias de falta, qualquer que seja o motivo.

Quanto porém ao lente interino da cadeira de direito militar, em vez da gratificação mensal de 200\$000, que lhe foi arbitrada, se lhe abonará, como nesta data se requisita do ministerio da fazenda, o vencimento correspondente ao de lente estipulado na respectiva tabella, e então se procederá a respeito da gratificação segundo a regra commum.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

AVISO DE 9 DE JUNHO DE 1858.

Nomeando, para interinamente servir, um coadjuvante do preparador da aula de chimica da escola central.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Junho de 1858.

Accusando a recepção do seu officio sob n. 44, e data de 7 do presente mez, declaro a V. S. que, de conformidade com a sua proposta, fica nomeado para interinamente servir de coadjuvante do preparador da aula de chimica dessa escola o bacharel Raymundo Augusto de Carvalho Filgueiras, que como tal perceberá a gratificação mensal de 50\$, ficando V. S. na intelligencia de que ora solicito do Sr. ministro da fazenda a expedição das necessarias ordens afim de que ao dito bacharel se pague o que houver vencido desde que deixou de receber a gratificação que se lhe concedêra.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. director interino da escola central.

AVISO DE 10 DE JULHO DE 1858.

Nomeando um coadjuvante do preparador de physica da escola central.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Julho de 1858.

Dignando-se S. M. o Imperador nomear ao 2º tenente do corpo de engenheiros Henrique Luiz de Azevedo Marques para coadjuvante do preparador de physica da escola central, percebendo a gratificação mensal de 50\$, e sujeitando-se a todas as obrigações e trabalhos inherentes ao lugar, assim o communico a V. S. para seu conhecimento.

Deos guarde a V. S.

Jeronymo Francisco Coelho.

Sr. director interino da escola central.

AVISO DE 5 DE AGOSTO DE 1858.

Nomeando, para interinamente servir, um coadjuvante do preparador da aula de mineralogia da escola central.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Agosto de 1858.

Dignando-se S. M. o Imperador nomear o capitão do corpo de estado-maior de 1ª classe José Ricardo de Albuquerque para interinamente exercer o lugar de coadjuvante do preparador da aula de mineralogia da escola central, percebendo a gratificação mensal de 50\$, e sujeitando-se a todas as obrigações e trabalhos inherentes ao lugar, assim o communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deos guarde a V. S.

José Antonio Saraiva.

Sr. director interino da escola central.

AVISO DE 13 DE ABRIL DE 1859.

Determinando que d'ora em diante nenhuma praça do exercito seja castigada com pranchadas por mero arbitrio de qualquer autoridade civil ou militar.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Abril de 1859.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. — Sendo conveniente estabelecer regras que substituão o arbitrio na applicação das pranchadas, evitando-se abusos, que tirão, em grande parte, origem na maneira pouco razoavel por que se tem entendido esse arbitrio, facultado pelos nossos codigos militares, resolveu Sua Magestade o Imperador o seguinte: 1º, d'ora em diante nenhuma praça do exercito será castigada com pancadas de espada por mero arbitrio de qualquer autoridade civil ou militar; 2º, quando qualquer praça delinquir por fôrma a presumir-se que para sua correcção deva ter lugar a applicação daquelle castigo, o commandante do corpo, na presença da parte que receber, e em que se mencionará a falta commettida, nomeará conselho peremptorio, nos termos da Provisão de 16 de Agosto de 1821, para julgar do facto denunciado, e decidir se tem lugar a applicação do castigo, marcando o limite delle, que em nenhum caso excederá ao estabelecido pelos regulamentos em vigor; 3º, reunido o conselho, procederá summaria e verbalmente, ouvindo o accusado e testemunhas, quando as haja, lavrando em livro proprio o termo da deliberação que tomar, e remetterá ao commandante do corpo cópia desse termo, para que se verifique o castigo, quando este tenha sido resolvido; 4º, para os termos de que se trata, haverá em todos os corpos do exercito livro especial que será aberto, rubricado e encerrado, na côrte pelo ajudante-general ou seu deputado, e nas provincias pelos commandantes de armas, ou assistentes do ajudante-general, onde não houver aquelles commandantes; 5º, os commandantes dos corpos, logo que houverem feito castigar alguma praça, remetterão, pelos canaes competentes, ao ajudante-general cópia do termo em virtude do qual teve lugar o castigo, para que essa autoridade conheça da sua justiça; 6º, nas companhias fixas ou nos destacamentos, em que se não encontrem os officiaes indicados pela referida Provisão, o conselho se comporá de tres officiaes, se os houverem de linha, e no caso contrario será a praça delinquente enviada ao seu corpo ou ao mais proximo com parte circumstanciada do facto, para que se proceda ahi, como fica prescripto; 7º, em qualquer força que esteja a menos de tres marchas (a quatro leguas por marcha) do corpo respectivo, não se verificarão os conselhos peremptorios, os quaes deverão ter lugar nos mesmos corpos, para o que o commandante da força remetterá a parte nos termos do art. 6º.

Communicando a V. Ex^a, para sua execução, estas Imperiaes determinações, tenho

de recommendar a V. Ex^a ordene aos inspectores dos corpos a mais severa fiscalisação nos livros de termos, em ordem a evitar-se a introdução de novos abusos, e mesmo não passe despercebida a substituição da pranchada pela chibatada, que por mais de uma vez se tem declarado ser illegal.

Deos guarde a V. Ex^a.

MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO.

Sr. Barão de Suruhy.
